



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA
CURSO DE PEDAGOGIA**

MARA NUBIA DO CARMO LEITE

**O BULLYING E SUAS IMPLICAÇÕES NO PROCESSO DE ENSINO E
APRENDIZAGEM: UM RECORTE DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO
MUNICÍPIO DE MIRACEMA DO TOCANTINS**

MIRACEMA DO TOCANTINS, TO

2023

Mara Nubia do Carmo Leite

**O bullying e suas implicações no processo de ensino e aprendizagem: um recorte da
educação infantil no município de Miracema do Tocantins**

Monografia apresentada à Universidade Federal do Tocantins(UFT), Campus Universitário de Miracema, para a obtenção de título de Licenciado em Pedagogia.

Orientadora: Doutora Brigitte Ursula Stach-Haertel.

.

Miracema do Tocantins, TO

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

- L533b Leite, Mara Nubia do Carmo.
O bullying e suas implicações no processo de ensino e aprendizagem: um recorte da educação infantil no município de Miracema do Tocantins. / Mara Nubia do Carmo Leite. – Miracema, TO, 2023.
56 f.
Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Miracema - Curso de Pedagogia, 2023.
Orientadora : Brigitte Ursula Stach-Haertel
1. Violência na escola. 2. Bullying. 3. Perseguição. 4. Assédio moral. I.
Titulo

CDD 370

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

MARA NUBIA DO CARMO LEITE

O BULLYING E SUAS IMPLICAÇÕES NO PROCESSO DE
ENSINO E APRENDIZAGEM: UM RECORTE DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO
MUNICÍPIO DE MIRACEMA DO TOCANTINS

Monografia apresentada à UFT— Universidade Federal do Tocantins—Campus Universitário de Miracema para obtenção do título de Licenciatura, sob orientação da Professora Doutora Brigitte Ursula Stach-Haertel.

Data da apresentação: 13 de fevereiro de 2023

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Brigitte Ursula Stach-Haertel, Orientadora, UFT.

Prof. Dr. Antônio Miranda de Oliveira, Examinador, UFT.

Prof. Dr.^a. Layanna Giordana Bernardo Lima, Examinadora, UFT.

DEDICO este trabalho aos meus filhos Jefferson Patrick do Carmo Leite e Adriel Leite Miranda, que no transcorrer desta trajetória sempre me apoiaram, dando força e coragem e, por vezes, acolhendo as minhas angústias e aflições, o que foi de fundamental importância para que eu cumprisse essa tarefa por vezes árdua, mas extremamente prazerosa quando se consegue vencê-la.

Aos meus pais que sempre acreditaram que seria possível que eu chegasse até o final do curso e sempre me apoiaram para eu continuar estudando.

Aos meus irmãos Roberto, Junior, Gleiton do Carmo Leite (in memoriam); à minha irmã Vanuza, que mesmo de longe me deram força e serviram de inspiração.

A professora Dr^a. Brigitte Ursula Stach-Haertel, que soube com maestria me orientar no desenvolvimento e conclusão deste trabalho, inclusive com muita paciência e dedicação. Devo ressaltar mais ainda o seu agregado de conhecimento sobre a temática objeto deste trabalho

AGRADECIMENTOS

A gratidão é a melhor maneira de reconhecimento por aqueles que, independente da forma, foram importantes para nós nas demandas que se apresentam durante nossa vida. Eis a razão da minha eterna gratidão a DEUS, sustentáculo e mola propulsora nos momentos bons e os mais difíceis que vivenciei durante todo o percurso acadêmico e em todos os momentos da vida.

Agradeço aos meus pais José Luis do Carmo e Maria do Carmo Leite Feitosa pelo apoio e incentivo para que eu continuasse almejando meus objetivos sem perder o entusiasmo e a coragem necessários para continuar no cumprimento dos meus propósitos.

Meus agradecimentos aos meus filhos Jefferson Patrick do Carmo Leite e Adriel Leite Miranda pelo incentivo, apoio e compreensão que me tornaram forte e persistente na minha caminhada.

Aos meus professores da Universidade Federal do Tocantins - UFT, Campus de Miracema do Tocantins, os meus sinceros agradecimentos pelo profissionalismo e dedicação ao Curso de Pedagogia, diante do qual estou adquirindo minha titularidade de 3º grau e que está me proporcionando uma imensurável alegria. Lógico que todos os meus sentimentos de gratidão são extensivos a todo corpo de servidores que compõem o quadro de pessoal da UFT Campus de Miracema.

Em especial quero agradecer a **Professora Doutora Brigitte Ursula Stach-Haertel**, que se esmerou com absoluta competência e dedicação na elaboração deste Trabalho de Conclusão de Curso.

Por último, e com o mesmo propósito de hipotecar meus sentimentos de gratidão, quero agradecer aos professores integrantes da Banca Avaliadora o Professor Dr. Antonio Miranda Oliveira e a Professora Dr^a. Layanna Giordana Bernardo Lima.

RESUMO

A temática do bullying e seus impactos nas relações intraescolares foram a temática central da presente monografia de conclusão da graduação em Pedagogia. A discussão está pautada em dois eixos: reconhecer as especificidades do bullying enquanto violência restritamente escolar e identificar o conhecimento específico sobre a temática entre profissionais que atuam na primeira etapa da Educação Básica período em que se tem notícia das primeiras deste tipo de assédio. As relações interpessoais permeiam o ambiente escolar, afetam o processo de ensino e aprendizagem além de serem constituintes das primeiras experiências escolares cujas consequências poderão afetar gravemente os demais ciclos de crescimento e formação. A discussão temática está organizada em duas seções: a primeira consiste de pesquisa bibliográfica tratando da etimologia do termo no contexto da violência escolar, principais conceitos, breve histórico, tipificação e classificação; a segunda foi organizada a partir de uma pesquisa de campo entre profissionais que atuam na Educação Infantil visando reconhecer sua formação, suas experiências e seu conhecimento específico a respeito do tema. A pesquisa de campo, de cunho qualitativo, foi efetivada entre docentes que atuam na Educação Infantil, mais especificamente no pré-escolar I e II, faixa etária entre quatro e cinco anos, no município de Miracema do Tocantins, incluindo rede pública e rede privada de ensino. A literatura específica por hora incipiente a respeito da temática do bullying na Educação Infantil não inviabilizou a discussão temática que foi pautada por autores consagrados neste tipo de violência escolar. Foram Identificados esforços de algumas instituições, pesquisadores e especialistas na incessante busca por novos conhecimentos, seus efeitos e sua ocorrência. Há evidências significativas que seus episódios são fortemente afetados pelas relações intraescolares provocando na grande maioria das vezes transtornos irreparáveis. O subsídio teórico teve as contribuições diretas de Chalita (2008), Fante (2005), Ferreira; Neves (2016), Lei nº 13.185/2015, Lei nº 9394/96 – LDB, Lopes Neto (2013), Meotti; Pericoli (2013), Pereira (2009), Ramos (2010), Silva (2015), Silva; Rosa (2013), Ventura; Vico; Ventura (2016), Villaça; Palacios (2010), entre outros contribuindo significativamente à nossa discussão temática. A pesquisa de campo revelou que há, ainda, muito que se fazer neste campo. As evidências demonstraram que a formação continuada contribui significativamente para atuar preventivamente frente ao assédio moral de incidência crescente no ambiente escolar: o bullying.

Palavras-Chave: Violência na Escola. Bullying. Perseguição. Assédio Moral.

RESUMEN

El tema del bullying y sus impactos en las relaciones intraescolares fue el tema central de esta monografía para culminar la graduación en Pedagogía. La discusión se basa en dos ejes: reconocer las especificidades del bullying como violencia estrictamente escolar e identificar los saberes específicos sobre el tema entre los profesionales que actúan en la primera etapa de la Educación Básica, período en el que se conocen las primeras de este tipo del acoso es conocido. Las relaciones interpersonales permean el ambiente escolar, inciden en el proceso de enseñanza y aprendizaje, además de ser constitutivas de las primeras experiencias escolares cuyas consecuencias pueden afectar seriamente los demás ciclos de crecimiento y formación. La discusión temática está organizada en dos secciones: la primera consiste en una investigación bibliográfica que trata sobre la etimología del término en el contexto de la violencia escolar, conceptos principales, breve historia, tipificación y clasificación; la segunda se organizó a partir de una investigación de campo entre profesionales que trabajan en Educación Infantil con el fin de reconocer su formación, sus experiencias y sus conocimientos específicos sobre el tema. Se realizó una investigación de campo, de carácter cualitativo, entre docentes que actúan en Educación Infantil, más específicamente en preescolar I y II, con edades entre cuatro y cinco años, en el municipio de Miracema do Tocantins, incluyendo escuelas públicas y privadas. . La literatura específica para una época incipiente sobre el tema del bullying en la Educación Infantil no impidió la discusión temática que fue pautada por autores de renombre en este tipo de violencia escolar. Se identificaron esfuerzos de algunas instituciones, investigadores y especialistas en la búsqueda incesante de nuevos conocimientos, sus efectos y su ocurrencia. Existe evidencia significativa de que sus episodios están fuertemente afectados por las relaciones intraescolares, provocando en la mayoría de los casos trastornos irreparables. El subsidio teórico contó con los aportes directos de Chalita (2008), Fante (2005), Ferreira; Neves (2016), Ley n° 13.185/2015, Ley n° 9394/96 – LDB, Lopes Neto (2013), Meotti; Pericoli (2013), Pereira (2009), Ramos (2010), Silva (2015), Silva; Rosa (2013), Ventura; Vico; Ventura (2016), Villaça; Palacios (2010), entre otros, contribuyendo significativamente a nuestra discusión temática. La investigación de campo reveló que aún queda mucho por hacer en este campo. La evidencia ha demostrado que la educación continua contribuye significativamente a actuar preventivamente ante la creciente incidencia del acoso moral en el ámbito escolar: el bullying.

Palabras clave: Violencia en la Escuela. Acoso. Persecución. Acoso Moral.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 1:	Escolas de Educação Infantil da rede pública municipal de Miracema do Tocantins participantes da pesquisa.....	25
Tabela 2:	Escolas de Educação Infantil da rede privada municipal de Miracema do Tocantins participantes da pesquisa	26
Tabela 3:	Tempo de efetivo exercício na docência da Educação Infantil	27
Tabela 4:	Comparativo de formação entre profissionais da Educação Infantil	28
Tabela 5:	Formação de professores e a temática de Bullying	29
Tabela 6:	Componente curricular de formação inicial contemplando a temática do bullying	30
Tabela 7:	Desenvolvimento de projetos internos para professores contemplando a temática do bullying	31
Tabela 8:	Desenvolvimento de projetos internos para equipe escolar, alunos e familiares contemplando a temática do bullying	32
Tabela 9:	Autoavaliação sobre o conhecimento de bullying	32
Tabela 10:	Já identificou bullying em seu local de trabalho?.....	33
Tabela 11:	Como você enfrentou o problema?.....	34
Tabela 12:	Como você enfrentou o problema?.....	35
Tabela 13:	Você considera relevante abordar a temática bullying nas escolas de educação infantil?	35
Tabela 14:	A escola em que trabalha desenvolve projetos interdisciplinares sobre violência no ambiente escolar?.....	36
Tabela 15:	A escola em que trabalha desenvolve projetos interdisciplinares específicos sobre bullying entre as crianças de sua escola?	37
Tabela 16:	Autoavaliação sobre conhecimento de bullying	37
Quadro 1:	O que, em sua opinião, é bullying?	40
Quadro 2:	O que, em sua opinião, é bullying?	41
Quadro 3:	O que, em sua opinião, é bullying?	42

Quadro 4:	O que, em sua opinião, é bullying?	42
Quadro 5:	O que, em sua opinião, é bullying?	43
Quadro 6:	O que, em sua opinião, é bullying?	43
Quadro 7:	O que, em sua opinião, é bullying?	44
Quadro 8:	O que, em sua opinião, é bullying?	44

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	ESCOLA, VIOLÊNCIA ESCOLAR E BULLYING.....	13
2.1	Violência nas Escolas.....	14
2.2	Bullying: conceito e evidências.....	15
2.3	Bullying na Educação Infantil.....	18
2.4	Bullying e a formação de professores.....	22
3	PESQUISA DE CAMPO.....	25
3.1	Pesquisa de campo exploratória.....	39
3.1.1	Apresentação dos resultados obtidos nas escolas da rede pública municipal.....	40
3.1.2	Apresentação dos resultados obtidos nas escolas da rede privada de ensino do município.....	43
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
	REFERÊNCIAS.....	49
	APÊNDICES.....	52
	ANEXO.....	55

1 INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso, TCC, tem como temática “O bullying e suas implicações no processo de Ensino e Aprendizagem: Um recorte da Educação Infantil no município de Miracema do Tocantins” teve sua inspiração pautada na experiência de um trabalho acadêmico que realizei durante a minha graduação em Pedagogia no semestre letivo 2017, em seu primeiro período e que tinha por tema o bullying escolar, do 1º ao 5º ano, na cidade de Miracema. Foi orientado pela Professora M. Sc. Janaína Augusta Neves de Souza como requisito parcial para avaliação da aprendizagem da disciplina Seminário de Pesquisa I. Os conteúdos abordados suscitaram em mim o desejo e a curiosidade de conhecer mais aprofundadamente a temática, em decorrência da sua relevância para o contexto educacional e pelo fato de já ter vivenciado, pessoalmente, situações de bullying na minha trajetória escolar, sem, no entanto, saber identificá-las como tal.

Chamou-me especial atenção o aumento da incidência do bullying no ambiente escolar, sem, no entanto, constatar na prática do dia a dia uma preocupação equivalente com suas possíveis consequências e malefícios a crianças e adolescentes envolvidos com a sua ocorrência tanto nas escolas quanto nos cursos de formação de professores.

Um primeiro contato com a temática bullying e um trabalho ainda incipiente me serviram de mola propulsora para que eu escolhesse o bullying como tema do meu trabalho de conclusão de curso, trilhando inclusive, de certa forma, o mesmo tema trabalhado naquele projeto desenvolvido ainda na ocasião em que ingressei na universidade.

O aumento da incidência de bullying vem causando preocupações a especialistas de todo mundo em decorrência dos transtornos provocados tanto ao público estudantil quanto à comunidade escolar além das dificuldades de educadores e familiares, seja para identificar sua violência, seja para elaborar ações que possam mitigar sua incidência e combater seus nefastos efeitos.

O bullying está presente em todos os ambientes escolares, independentemente de serem públicos ou privados, em centros urbanos ou periféricos, na zona urbana ou rural e se a comunidade discente pertence à classe social A, B, C ou D. Ninguém está imune! Todos são afetados, inclusive por questões de gênero. (CHALITA, 2008; SILVA, 2015).

Diante desse contexto e reconhecendo a importância de conhecer com maior profundidade os efeitos nocivos e as consequências do bullying, especialmente entre as crianças, afetando sua aprendizagem e deixando, na maioria das vezes, graves sequelas,

emergiram algumas perguntas que exigiriam pesquisa, estudos e reflexões mais aprofundadas sem a menor pretensão de esgotar a complexa temática do bullying.

Algumas dúvidas nos causavam inquietação: quais as implicações na aprendizagem de crianças e adolescentes alvos de bullying? Que tipo de conhecimento é necessário para que profissionais que atuam na Educação Infantil saibam lidar de forma adequada com o bullying? Qual o perfil profissional dos professores que atuam com as crianças entre 4 e 5 anos? Quais são as consequências mais graves para as vítimas de bullying? Entre outras.

O objetivo de compreender questões como estas nos levaram a propor o presente trabalho de conclusão de curso visando compreender a incidência de bullying nas escolas de Miracema do Tocantins, em especial na Educação Infantil, sua gravidade, seus impactos e suas implicações. Muitas possibilidades surgiam das reflexões sobre a temática; o papel da instituição na prevenção do bullying; quem são os envolvidos diretos ou indiretos entre outras tantas possibilidades.

A organização do trabalho nos fez definir dois eixos de discussão.

Um primeiro de exploração teórico-conceitual e um segundo tratando especificamente da questão do bullying no município sede de minha formação. Em se considerando a unanimidade entre os teóricos a respeito da importância dos profissionais da educação no enfrentamento do bullying, prevenindo, evitando ou sanando os seus impactos optamos por um reconhecimento, um levantamento de saberes prévios entre professores do município. Nossas pesquisas demonstraram haver pouca bibliografia a respeito do bullying na Educação Infantil o que nos instigou a enveredar por esta trilha para além do interesse pessoal pelas temáticas neste nível de ensino.

Visando a consecução das diretrizes deste trabalho, propôs-se uma pesquisa de campo por amostragem com profissionais que atuam na Educação Infantil, nas redes pública e privada do município de Miracema do Tocantins, visando reconhecer as especificidades locais com o propósito de atenuar a incidência do bullying nos ambientes escolares bem como as graves consequências aos envolvidos em intimidação sistemática, ou bullying além da coleta uma análise e interpretação dos dados obtidos.

Como metodologia recorreremos à pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo bem como à pesquisa de campo qualitativa e quantitativa com o propósito de encontrar respostas, ainda que parciais, aos questionamentos que nos trouxeram a este trabalho de conclusão de curso dedicado à temática do bullying entre crianças da pré-escola.

Como objetivo geral foi contemplado a identificação dos efeitos danosos do bullying à vítima, ao processo de ensino e aprendizagem e a convivência não violenta entre crianças e adolescentes no ambiente escolar.

Para aprofundar a discussão propusemo-nos algumas questões complementares tais como: identificar e caracterizar os tipos de violência escolar; comparar o bullying a outras violências escolares e compreender as suas especificidades; compreender o papel central da escola no combate ao bullying; investigar a formação de professores e sua capacitação para o enfrentamento do bullying; compreender alternativas de combate ao bullying desde as primeiras experiências escolares entre tantas outras que nos demonstram a relevância de nós professores estarmos preparados para enfrentar o bullying desde a sua prevenção até medidas de enfrentamento e eventualmente uma reversão da violência.

Nossos resultados teóricos pautados na discussão temática além dos resultados da pesquisa de campo foram sistematizados em duas seções temáticas, a primeira “Escola, violência escolar e bullying” e uma segunda que demonstra os resultados de nossa incursão de campo nas escolas de Educação Infantil do município de Miracema do Tocantins expressas pela “Pesquisa de Campo” além das “Considerações Finais” a guisa de finalização desta monografia de conclusão de curso.

2 ESCOLA, VIOLÊNCIA ESCOLAR E BULLYING

Idealmente, caberia à escola para além de se incumbir da propagação do conhecimento acumulado ao longo dos séculos promover valores imprescindíveis à vida em sociedade tais como tolerância, respeito mútuo, justiça, solidariedade, empatia enquanto balizadores de relações interpessoais saudáveis. Seria, portanto, de se esperar que as escolas abordassem alguns princípios como objetivos integrados a um processo educativo mais democrático.

Segundo a Confederação Nacional dos Trabalhadores dos Estabelecimentos de Ensino (MEC: CONTEE Online) é função social da escola zelar pelo “compromisso com a formação do cidadão e da cidadã com fortalecimento dos valores de solidariedade e compromisso com a transformação dessa sociedade”. Acompanhar, portanto as transformações da sociedade é compromisso da escola visando atuar em consonância com questões da atualidade que impactem o cotidiano de seus alunos nas relações interpessoais cujo palco é a escola.

A escola além de assumir seu papel quanto ao ensino formal, exige dia a dia a formação para a cidadania, formação esta que discuta direitos e deveres, amizade, cooperação e solidariedade. Neste sentido agir contra todo e qualquer tipo de violência entre estudantes, nas coletividades em que convivem ou mesmo na sociedade é a forma mais efetiva de conduzir à cultura da paz.

A escola quando assume sua autoridade a partir de medidas, meios de prevenção e combate à violência resguardando seus alunos de qualquer tipo de constrangimento ou intimidação, especialmente aquelas que se efetivam entre pares, torna-se a principal agência de superação da violência, contribuindo para a construção de um ambiente de paz, solidariedade e respeito, tendo como principais aliados alunos engajados nesta causa; mesmo entre envolvidos anteriormente em atos de violência. A potencialidade da escola em exercer sua liderança influenciando positivamente o seu alunado contribui significativamente na prevenção da violência, das agressões, dos xingamentos e da intolerância entre pares.

Colabora na formação de sujeitos que se engajam em coletividades mais cooperativas, de respeito mútuo, livre dos preconceitos e perseguições; disseminando a cultura da paz.

2.1 Violência nas escolas

A escola, idealmente, lugar em que se concretizam relações de ensino e aprendizagem, de convivência democrática e palco de interações sociais afirmativas, tem sido, ainda nos dias atuais um espaço de manifestação de muitas das violências.

Para alguns autores, a violência restringe-se à situações em que há o emprego do ímpeto e da força física. Zabalza Beraza (2002) defende que a violência tem lugar quando alguém, pelo uso da força, impõe que outro faça aquilo que não deseja. E Pareja (2002) insiste que a violência existe quando um indivíduo impõe a sua força física, o seu poder contra outro de modo a abusar dele, direta ou indiretamente. (VENTURA; VICO; VENTURA; 2016, p. 993).

Alguns tipos de violência que se manifestam na escola, ainda que sejam mais frequentes e corriqueiros, têm efeitos menos devastadores. Fazem parte da categoria dos comportamentos perturbadores do ambiente escolar; sua tipologia perpassa questões tais como indisciplina, condutas disruptivas e conflitos.

A indisciplina é assumida “como um conjunto de comportamentos socialmente inaceitáveis, que podem ir desde o incumprimento das normas estabelecidas até atitudes de agressão física” (VENTURA; VICO; VENTURA; 2016, p. 991) de tal forma que caracterize a indisciplina como “um dos problemas mais acutilantes em sala de aula, provocando uma deterioração na convivência” (IBID, p. 992). Grosso modo a indisciplina é entendida como um comportamento que se manifesta contrário às regras estabelecidas atentando contra normas da escola seja por não as acatar, seja por desconhecimento.

A conduta disruptiva, por sua vez, é definida por especialistas do comportamento humano como uma forma consciente de enfraquecer a legitimidade das práticas educativas, desacreditando tanto processos de ensino consagrados quanto estratégias de aprendizagem efetiva.

Ainda segundo os mesmos autores a violência ocorre sempre que alguém, pelo uso de algum tipo de força, impõe ao outro uma ação que este não deseje. A violência estaria presente sempre que um sujeito imponha a outro a sua força física, seu poder de tal modo a abusar, direta ou indiretamente, do alvo de suas hostilidades. (IBID).

Consideradas as manifestações de violência intraescolar mais frequentes faz-se necessário atentar a um tipo mais incisivo de violência, de incidência menor, mas de consequências muito mais devastadoras uma vez que aniquila, pouco a pouco, a autoestima do

sujeito que se torna alvo. Tal violência tem gerado inúmeras tragédias nas relações que se estabelecem, no mais das vezes, entre alunos de uma mesma escola.

(...) o bullying somente é praticado entre pares, (...), com repetições sempre direcionadas a determinado alvo com desígnio acurado de ferir a vítima, (...), alvo fácil de algozes cruéis e insensíveis que agem com sarcasmo e parecem liderar seus expectadores, plateia que é fundamental para a continuidade das ironias constantes. (FERREIRA; NEVES, 2016, p. 57).

Em função destas especificidades o bullying é considerado um dos tipos mais cruéis de violência entre pares (...), no mais das vezes estudantes de uma mesma unidade escolar, uma vez que tem por objetivo aniquilar a autoestima do sujeito que é o alvo deste tipo de assédio moral um tipo de perseguição que, no limite, alcança a violência física.

2.2 Bullying: conceito e incidências

O termo bullying surge esporadicamente na mídia em episódios trágicos de grande repercussão evidenciando sua gravidade e violência. Tais episódios geram grande comoção e, no mais das vezes, acabam por retomar seu ostracismo social pouco tempo depois caindo no esquecimento daqueles que não foram diretamente por eles atingidos.

O tema do bullying tem tido presença em manchetes de jornais, principalmente quando ocorrem desfechos trágicos. O termo bullying vem da palavra inglesa bully, que significa valentão e é utilizada de modo geral para dar nome “ao desejo consciente e deliberado de maltratar outra pessoa e colocá-la sob tensão”. (SILVA; ROSA. 2013, p. 330).

Excluindo-se as vítimas diretas ou indiretas, familiares e amigos mais próximos, suas consequências caem rapidamente no esquecimento e são depressa substituídas por outras tragédias de grande repercussão midiática.

Caem, portanto no desinteresse daqueles que não foram diretamente atingidos.

Mas afinal, o que é bullying?

Bullying é toda a agressão verbal, física, eletrônica, virtual e/ou psicológica, exercida de maneira intencional e continuada, por um indivíduo ou grupo, num contexto de desequilíbrio de poder, real ou percebido, entre agressor(es) e vítima(s). Importa referir que a exclusão pelos pares, a disseminação de boatos, fotografias ou vídeos embaraçosos, muitas vezes frequente entre adolescentes, também pode constituir bullying caso tenham caráter continuado e ocorram num quadro de “massacre” da vítima. Ventura e Ventura (2013) utilizam a metáfora

do triângulo da violência de que fazem parte o agressor, a vítima e as testemunhas, ativas ou passivas, ressaltando a necessidade de se eliminar, pelo menos, um dos lados do tripé para quebrar a sustentabilidade deste mal. A prevenção, identificação e combate ao bullying é uma responsabilidade das nossas instituições educativas, porque todos os alunos merecem estudar num ambiente sem violência e sem medo. (VENTURA; VICO; VENTURA; 2016, p. 993/994).

Silva e Rosa (2013) definem características que configuram episódios de bullying alertando:

O bullying se caracteriza pela ocorrência de ações agressivas, intencionais, repetitivas e sem motivação aparente que causam dor, angústia ou intimidação. Segundo Fante (2005), o que propicia a ocorrência do bullying é a existência de um desequilíbrio de poder entre o agressor e a vítima, e se deve ao fato de o agredido não conseguir se defender, por não ser tão forte quanto o agressor ou por possuir características psicológicas ou físicas que o tornam alvo de discriminação. Como características do bullying podem-se citar as agressões físicas, insultos, difamação, exclusão, isolamento, roubo de pertences, apelidos, humilhações, intimidações, discriminações, insinuações e ofensas. (SILVA; ROSA, 2013, p. 330)

O bullying não é uma exclusividade escolar. “O problema pode ocorrer em qualquer ambiente, já que designa atitudes agressivas frequentes com o objetivo de ofender alguém com menor capacidade de defesa.” (ANDRADE, 2010, p. 10). Suas manifestações, no entanto, têm ocorrido em incidência muito mais expressiva nas dependências escolares por constituírem ambiente de interações múltiplas de frequência regular favorecendo a execração pública repetitiva de suas vítimas.

É engano pressupor que o bullying seja tragédia recente. A Organização Mundial da Saúde (OMS) tem registros que remontam a seis décadas, desde os anos 70 do século XX.

A descrição de comportamentos hostis e agressivos entre escolares na década de 1970 por Dan Olweus na Noruega descortinou situações corriqueiras, isoladas. O termo bullying, do inglês bully, valentão, brigão, foi utilizado para caracterizar tais comportamentos como humilhações, ameaças, exclusão social que determinadas crianças ou grupo de crianças infligem a outras, comprometendo negativamente o ambiente escolar. A introdução desta discussão no meio científico, nas décadas subsequentes de 1980 e 1990, ampliou-se em diversos países, como Alemanha, França, Austrália e Estados Unidos, entre outros. (VILLAÇA; PALACIOS, 2010, p. 507).

Carapeba (2020) em sua dissertação de mestrado informa que no ano de 2016 foi realizada, pela Organização das Nações Unidas, pesquisa com crianças e jovens em 18 países. Dos cem mil alunos que participaram da enquete praticamente a metade “sofreu algum tipo de bullying por razões como aparência física, gênero, orientação sexual, etnia ou país de origem”. Os dados resultaram no relatório intitulado “Pondo fim à tormenta: combatendo o bullying do

jardim de infância ao ciberespaço” (ONU, 2017). O documento descreve o assédio moral que provoca o bullying como uma experiência de graves consequências ainda que passível de ser evitada por uma formação pautada na tolerância e na diversidade. O mesmo relatório indica que entre os países participantes de 29% a 46% das crianças foram alvo de bullying. (CARAPEBA, 2020, p. 19).

No Brasil os casos de bullying passaram a chamar mais atenção a partir dos anos 2000. Em 2010 houve o primeiro caso de condenação pública por ato de bullying no Brasil executada pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Em 2011 episódio de bullying no bairro do Realengo causou comoção em todo o Brasil. Onze jovens, entre 13 e 15 anos foram suas vítimas.

O massacre de Realengo comoveu o país e motivou ações institucionais. Em 2014, o Senado Federal fez de 7 de abril o Dia Nacional de Combate ao Bullying e à Violência na Escola. Em novembro de 2015, a Lei 13.185, conhecida como Lei do Bullying, instituiu o Programa de Combate à Intimidação Sistemática. E, em 2018, uma alteração na Lei de Diretrizes de Bases e Educação determinou o estabelecimento de medidas de conscientização e de prevenção a todos os tipos de violência nas escolas. (SENADO NOTÍCIAS, 2018).

Só entre os anos de 2010 a 2014 mais seis casos de bullying geraram grande repercussão nacional e levaram Dilma Rousseff, que ocupava a Presidência da República à época, a sancionar a Lei 13.185/2015¹ que trata especificamente do bullying.

Relatório apresentado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE: PeNSE, 2019) a partir de dados da pesquisa Nacional de Saúde do Escolar aponta que, em média, pouco além de um em cada dez brasileiros de até dezesseis anos já sofreu ameaça, ofensa ou humilhação nas redes sociais ou em seus aplicativos. Este índice é significativamente maior entre as meninas, 16,2% entre meninas e 10,2 % entre meninos, o que demonstra que elas sofrem mais assédio que seus colegas do sexo masculino.

A exposição repetitiva a situações de constrangimento, perseguição contínua, ridicularização por um ou mais pares se configura em bullying.

Atos negativos dizem respeito a ações com a intenção de causar lesão ou desconforto, podendo ser por contato físico, palavras, fazer caras ou gestos obscenos, espalhar rumores e exclusão intencional de um grupo social. Assim, o bullying caracteriza-se como um comportamento agressivo ou com a intenção de “fazer-doer”, que ocorre repetidamente ao longo do tempo e presente numa relação interpessoal de desequilíbrio de poder. É feita uma

¹ Lei transcrita na íntegra no Apêndice I.

diferenciação entre bullying direto, evidenciado por ataques relativamente abertos à vítima, e o bullying indireto, demonstrado por isolamento social, exclusão intencional de um grupo, difusão de rumores maliciosos e intrigas.(VILLAÇA; PALACIOS, 2010, p. 507)

A gravidade das consequências do bullying demanda um enfrentamento coletivo.

O que acontece dentro de um colégio público não é responsabilidade apenas de professores, coordenadores acadêmicos e diretores. Mas, de um Estado que não se compromete e não oferece os instrumentos necessários para que esses profissionais auxiliem os alunos na construção da cidadania. (BBC Brasil, 2021).

Adorno (1971 apud Januário, 2018) relembra nunca é demais frisar: “Desbarbarizar tornou-se a questão mais urgente da educação hoje em dia”.

2.3 Bullying na Educação Infantil

Uma das evidências mais recorrentes do bullying, em qualquer que tenha sido a ocorrência, é que a sua concretização se efetiva a partir de episódios frequentes de humilhação do sujeito alvo das manifestações de perseguição contínua tornando-o exposto a perseguições recorrentes. Qualquer que seja a escola, qualquer que seja o nível de ensino os expedientes são os mesmos.

Ainda que a princípio possa parecer que o bullying seja menos frequente nas primeiras etapas de escolarização formal alcança uma gravidade sem precedentes uma vez que atinge justamente os mais vulneráveis dos vulneráveis da espécie humana: crianças entre 3 a 5 anos em seu estágio pré-escolar.

Independentemente do grupo social e/ou étnico-racial a que atendem, é importante que as instituições de Educação Infantil reconheçam o seu papel e função social de atender às necessidades das crianças constituindo-se em espaço de socialização, de convivência entre iguais e diferentes e suas formas de pertencimento, como espaços de cuidar e educar, que permita às crianças explorar o mundo, novas vivências e experiências, ter acesso a diversos materiais como livros, brinquedos, jogos, assim como momentos para o lúdico, permitindo uma inserção e uma interação com o mundo e com as pessoas presentes nessa socialização de forma ampla e formadora. (MEC: SECAD, 2010, p. 35)

Estudos demonstram que já na educação infantil é factível a ocorrência de bullying; sua ocorrência no mais das vezes incide em crianças a partir dos 4 a 5 anos de idade. Neste período participam com certa assiduidade de atividades pré-escolares respectivamente no estágio I ou

II. Seu processo de socialização alcança a descoberta das relações interpessoais terciárias e passam a se evidenciar conflitos próprios à idade; suas disputas são, em sua maioria, por território. Segundo Ramos, 2010, em depoimento ao periódico NOVAESCOLA Jornalismo, 2010, afirmava: "Estudos na Psicologia afirmam que, por volta dos dois anos de idade, há uma primeira tomada de consciência de 'quem eu sou', separada de outros objetos, como a mãe", ao que complementa,

E perto dos três anos, as crianças começam a se identificar como um indivíduo diferente do outro, sendo possível que uma criança seja alvo ou vítima de bullying. Essa conduta, porém, será mais frequente num momento em que houver uma maior relação entre pares, mais cotidiana. (RAMOS, 2010, apud NOVA ESCOLA Jornalismo2010.Online)

Ocorrem interações fora do ambiente familiar com maior frequência que poderão deflagrar pequenos episódios de disputa, de confronto, no limite da violência que recorre a todas as possibilidades de defesa dos próprios interesses. Administradas com a mediação de adulto habilitado poderão ser contornadas com propriedade e serenidade. No entanto, nunca é demais frisar que no limite poderão, pouco a pouco, pela força física ou influência diante do grupo configurar o início da perseguição de uma vítima mais vulnerável.

Sua frequência nesta faixa etária mais frequentemente está relacionada a uma particularidade da criança como, por exemplo, “não conseguir segurar o xixi, e os colegas a segregarem por isso ou darem apelidos para ofendê-la constantemente, trata-se de um caso de bullying” (IBID). Alguns estudos no campo da Psicologia indicam que por volta do segundo ano de vida ocorre uma primeira “tomada de consciência de 'quem eu sou', separada de outros objetos, como a mãe”. (IBID)

Lopes Neto (2013, p. 16) adverte à importância de distinguir brincadeiras corriqueiras das quais possam surgir pequenos episódios de desavença dos desentendimentos que decorrem de um comportamento mais agressivo que configura o bullying. A banalização de episódios de violência poderá configurar algum tipo de assédio moral de consequências imprevisíveis no mais das vezes trágicas para uma das partes implicadas.

Parte significativa dos profissionais envolvidos no processo educativo das crianças parece não ter tido acesso a formação que os habilitasse ao enfrentamento dos conflitos inerentes ao ambiente escolar. Especialistas afirmam que é de fundamental importância uma formação específica para conquistar ambientes mais pacificados em nossas escolas.

Fante (2005) complementa afirmando,

Ensinar a criança desde a mais tenra idade a desenvolver essas atitudes é medida que a auxiliará a conviver pacificamente e a reconstruir um mundo melhor. Portanto, a escola deve estimular o ensino e o desenvolvimento de atitudes que valorizem a prática da tolerância e da solidariedade entre os alunos. O diálogo, o respeito e as relações de cooperação precisam ser valorizados e assumidos por todos os envolvidos no processo educacional. (FANTE, 2005, p. 93).

Para alcançar este ideal o professor demanda de formação que o habilite a lidar com as o assédio moral e suas consequências identificando manifestações explícitas ou implícitas com o objetivo de evitá-las ou, no limite, enfrentar suas expressões com estratégias específicas de combate no intuito de evitar e prevenir seus sintomas e sua ocorrência.

A escola deve proporcionar meios que facilitem o bem-estar dos estudantes, e, na sala de aula, essa função é desempenhada pelo professor, corroborando assim para o processo de ensino/aprendizagem. O professor assume um papel relevante na prevenção e combate de atitudes discriminatórias, pois suas ações podem ou não ocasionar situações propícias a essa prática. (MEOTTI; PERICOLI, 2013, p. 68)

A inserção da criança em ambiente saudável de valores necessários à convivência pacífica e tolerante é um direito que a ela deverá ser garantido pela escola. Todos os agentes envolvidos, direta ou indiretamente, no ato educativo contribuem significativamente se recorrem a estratégias pedagógicas adequadas para lidar com situações de conflito na escola, tanto na resolução dos conflitos como nas medidas que possam minimizar sua ocorrência. “O professor dentro de sua formação deve estar apto e preparado para lidar com os problemas que o bullying pode trazer, bem como conhecer o problema e como ele se manifesta, essa é uma maneira de prevenir e combater esses atos.” (FAZAN, J. B. J. Online).

Suscita dessa constatação, a possibilidade de ocorrência de bullying em qualquer etapa do ensino inclusive na educação infantil. Sabe-se ainda muito pouco ainda sobre a sua ocorrência e a gravidade de suas consequências uma vez que o bullying afeta intensamente a autoestima de uma criança despertando insegurança e medo. Fante (2005) é incisiva, quanto à necessidade dos profissionais da educação estarem devidamente preparados para intervir e mediar conflitos que geram muitos transtornos ao ambiente escolar; esclarece,

Acreditamos, portanto, que a prevenção ao bullying deve começar pela capacitação dos profissionais de educação, a fim de que saibam identificar, distinguir e diagnosticar o fenômeno, bem como conhecer as respectivas estratégias de intervenção e de prevenção hoje disponíveis. (FANTE, 2005, p. 92).

A partir destas reflexões nos aflorou o questionamento a respeito da formação, do conhecimento e da compreensão dos profissionais que atendem à faixa etária entre 3 e 5 anos a respeito do tema.

O recorte de nossas discussões visa, mais especificamente, o público dos profissionais da educação tais como, docentes, coordenadores, orientadores, diretores e supervisores, visto que para evitar, mediar ou mesmo dirimir os conflitos decorrentes do assédio moral, se requer de tais profissionais conhecimento, estratégias pedagógicas adequadas para lidar com situações que afloram no dia a dia das nossas escolas. Perceber e saber discernir são habilidades essenciais para a identificação do problema, sendo, entretanto, imprescindível ter consciência do seu significado, ou seja, diferenciá-lo dos outros tipos de violência e/ou brincadeiras próprias da idade. Lopes Neto (2013) argumenta que,

Nossa intenção é a de identificar e separar do conceito "violência escolar", um sem número de atos agressivos, que derivam de influências familiares e comunitárias, ou que se originam na própria escola. Nesse ambiente, convivem pessoas que naturalmente interagem gerando conflitos que podem e devem, ali mesmo, ser sanados. Inúmeros estudos já comprovam a possibilidade de se obter sucesso na manutenção da paz nessas instituições a partir da criação de um ambiente acolhedor, onde se promova a amizade, a solidariedade e a valorização da diversidade. (LOPES NETO, 2013, p.16).

O ambiente escolar deve cercar-se de todas as medidas possíveis contra qualquer tipo de violência, inclusive o bullying, cuja presença em nossas escolas tem se tornado incontestável. Faculta a todos os envolvidos no processo educativo reconhecer a responsabilidade coletiva de combatê-lo identificando e mediando possíveis conflitos existentes, atenuando seus impactos entre crianças e adolescentes visando evitar suas consequências mais severas e irreversíveis. Toda a equipe escolar envolvida com o processo de educar crianças e adolescentes deve se integrar e se envolver nas medidas e ações de combate ao bullying.

Para começar, é necessário que toda a comunidade escolar tome consciência de sua existência e busque métodos para saná-lo. Pereira (2002) descreve como comunidade educativa "o diretor e a administração da escola, com ligações à família, professores, supervisores e funcionários" (p. 92). Estes devem buscar atuar junto às crianças individualmente ou em grupos, em situações diversas, ou seja, dentro e fora do ambiente escolar, nas áreas envolventes, nas assembleias de escolas ou de turma, na sala de aula, nos recreios, nos corredores. Portanto a intervenção pode e deve acontecer em todos os locais frequentados por alunos, principalmente naqueles onde exista pouca vigilância. (PEREIRA, 2009, p. 67).

Na luta contra o bullying todas as relações da criança comportam o combate e a prevenção contra o assédio moral especialmente quando sucessivo atenuando os efeitos

devastadores da intimidação e das agressões. Equipe escolar, família e comunidade comprometidas com sua prevenção encontrarão articulações e alternativas fortalecendo uma rede de proteção à criança.

É, portanto, imprescindível que os profissionais que lidam com nossas crianças estejam habilitados e qualificados a reconhecer, identificar e intervir de forma adequada promovendo ações que possam evitar a ocorrência do bullying de modo a diferenciar episódios repetitivos de perseguição e violência dos conflitos inerentes à convivência na diversidade.

Quando a criança compreende e assume valores que regulam a vida em sociedade, tais como o respeito ao próximo, a solidariedade, a cooperação, a tolerância entre outros terá maior confiança em colaborar para ambientes que cultuem uma convivência de paz. As crianças, quando devidamente orientadas e educadas a partir destes valores se “transformam em agentes multiplicadores, capazes de educar, por vias alternativas, seus familiares” e demais pessoas com as quais convivem “criando-se, assim, um círculo virtuoso no empenho pela paz.” (SILVA, 2015, p. 156, Online).

2.4 Bullying e a formação de professores

Diante do complexo cenário do assédio moral se evidencia a importância do envolvimento de profissionais qualificados para lidar com a sua prevenção mediando relações interpessoais dignas e respeitadas.

O bullying é um episódio de violência que causa danos graves à saúde física, emocional e psicológica do sujeito que é seu alvo causando consequências, quase sempre irreversíveis, à saúde física, emocional e psicológica. (VICO, VENTURA, VICO, 2016). Há episódios de bullying em qualquer nível de ensino ainda que tenha sido mais frequentemente registrado entre adolescentes e pré-adolescentes.

No meio acadêmico, o bullying é cada vez mais estudado. Este passou a ser um tema bastante discutido pelas sociedades, normalmente em resposta a tragédias que tiveram na sua origem esse tipo de violência premeditada, contínua e exercida por pares das vítimas. Já se sabe que o bullying escolar, sobretudo em tenra idade, está associado a patologias e a problemas emocionais, psicológicos e até físicos na fase adulta. (IBID; 2016, p. 991).

A incidência do bullying tem trazido ao espaço escolar uma série de desafios a serem enfrentados pelos profissionais da educação que direta ou indiretamente são afetados por suas consequências em grande parte das vezes trágicas.

Uma vez mais os mesmos autores, Ventura, Vico e Ventura(2016), atentam para o fato de que o bullying, por sua gravidade e frequência crescentes demonstra a demanda por uma formação inicial de professores com habilitação para lidar com o assédio moral entre pares. No entanto, pesquisa realizada junto a 10 universidades, portuguesas e espanholas, que levou em conta 15 licenciaturas e 58 mestrados em Portugal além de cinco licenciaturas na Espanha evidenciou dados que se contrapõem a esta emergência.

No caso português, o vocábulo bullying nem sequer aparece na maior parte dos planos das unidades curriculares dos cursos oferecidos. Nos planos curriculares das 1.119 disciplinas dos cursos de formação de docentes portugueses a que tivemos acesso, constatamos que a palavra aparece apenas 41 vezes e, na maioria dos casos, apenas na bibliografia de referência e não nos conteúdos programáticos, ou nos objetivos. No caso espanhol, só em 17 dos 155 programas analisados conseguimos encontrar o vocábulo bullying na bibliografia. Em suma,

este estudo pretendeu verificar se 10 das mais conceituadas universidades públicas em Portugal e Espanha, responsáveis pela formação de muitos dos docentes dos dois países, no segundo semestre do ano letivo 2013/2014, estiveram efetivamente preparando os professores para lidarem com o bullying em meio escolar. Os resultados da nossa pesquisa levam-nos a concluir que o tópico nem sequer é mencionado na maior parte dos programas curriculares norteadores do preparo inicial desses mesmos professores. (IBID; 2016, p. 991)

Em estudo exploratório, acadêmicos do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Tocantins campus de Miracema, participantes do Programa Institucional de Inovação Pedagógica se debruçaram na identificação de cursos de formação de professores com média ENADE superior à alcançada pelo programa ao qual estão vinculados em suas últimas três edições. Oito foram as instituições objeto de análise. Investigação preliminar indicou que nenhum dos cursos destas renomadas instituições de ensino superior apresentava oferta de disciplinas ou programas que contemplem questões de assédio moral ou mais especificamente da ocorrência de bullying nos espaços escolares.

“Os estabelecimentos educativos deveriam ter estratégias específicas de prevenção e combate ao bullying” (IBID) recomendação esta que, indubitavelmente, passa por um conhecimento mais incisivo acerca do termo, sua diferenciação frente a outros tipos de violência escolar além de garantir sua identificação diante de eventuais conflitos entre alunos.

A escola, lamentavelmente, continua sendo palco de muitos conflitos refletindo muito da violência social; entre os muros da escola tal violência se manifesta por episódios de indisciplina, condutas disruptivas e conflitos interpessoais de maior ou menor gravidade. Dentre os conflitos interpessoais há um gênero específico em que se manifestam vários tipos de

preconceito, explícitos ou subliminares, cujo efeito incide na subjugação de um sujeito a uma perseguição frequente, contínua e repetitiva: o bullying. Fante (2005), alerta que

(...) os nossos professores ainda não sabem distinguir entre condutas violentas e brincadeiras próprias da idade, bem como lhes falta preparo para identificar, diagnosticar e desenvolver estratégias pedagógicas para enfrentar os problemas do bullying. (FANTE, 2005, p. 67).

Se o fenômeno é grave em qualquer que seja o nível ou etapa do ensino tanto mais alarmante o é quando o assédio moral se manifesta nas primeiras fases da educação formal ainda na pré-escola.

Para além da presente pesquisa teórica discorrida nesta seção foi realizada pesquisa de campo buscando evidências que complementassem as nossas reflexões; sua discussão é objeto da próxima seção.

3 PESQUISA DE CAMPO

Os estudos teóricos, detalhados em seção anterior, garantiram sustentação conceitual à pesquisa de campo.

Estas premissas alinharam a definição do contexto e da abrangência da pesquisa de campo cujos resultados são apresentados na presente seção. Metodologia, abrangência, público alvo e aspectos a serem investigados contribuíram para a definição do Instrumento de Pesquisa de Campo cujo objetivo foi levantar evidências a respeito do conhecimento específico sobre a temática do bullying entre profissionais da primeira etapa da educação básica, mais especificamente nos pré-escolares I e II que atuam no município de Miracema do Tocantins. Outras questões complementares nos interessavam: identificação de bullying em seu ambiente de atuação, medidas preventivas, projetos desenvolvidos bem como procedimentos adotados nos casos em que, eventualmente, foram identificados elementos específicos que caracterizem o bullying.

Em fase anterior à pesquisa de campo foram cumpridos todos os procedimentos recomendados pela Universidade Federal do Tocantins que garantem a ética na pesquisa e a anuência dos participantes entre os quais os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido² conforme norma da instituição.

Das onze escolas da rede municipal de ensino foram objeto da presente pesquisa cinco unidades de ensino que contemplam a fase da pré-escola I e II, das quais quatro estão localizadas em seu perímetro urbano e uma na zona rural mais precisamente na Fazenda Chapada Vermelha nos limites do Assentamento Brejinho. Nossa pesquisa de campo alcançou um total de dezenove professores que se dispuseram participar da presente pesquisa.

Tabela 1 – Escolas de Educação Infantil da rede pública municipal de Miracema do Tocantins participantes da pesquisa

Unidade	Endereço	Localidade	
		U	R
EMEI Vilmar Vasconcelos Feitosa	Rua 3. Setor Novo Horizonte	X	
EMEI Francisco Martins Noletto	Rua 30, s/n. Setor Universitário	X	

² Integra do documento disponível no Anexo II

EMEI Professora Dalva Cerqueira Brito	Rua Elite, 555. Setor Santos Dumont	26 X
EMEI Brigadeiro Lísias Rodrigues	Rua Eduardo Dias, 2.850. Bairro Correntinho	X
EMEI Boanerges Moreira de Paula	Fazenda Chapada Vermelha, Brejinho.	x

Fonte: Leite (2022)³

Das quatro escolas da rede privada de ensino localizadas ainda no mesmo município de Miracema do Tocantins, foram objeto da nossa pesquisa três escolas, perfazendo um total de sete professores participantes.

Tabela 2 – Escolas de Educação Infantil da rede privada municipal de Miracema do Tocantins participantes da pesquisa.

Unidade	Endereço	Localidade	
		U	R
Berçário e Escola Estação da Criança	Rua 2, 507. Setor Flamboyant I	x	
Centro Educacional Mundo Feliz	Rua Osvaldo Vasconcelos, 779. Centro	x	
Centro Educacional Flor de Liz	Rua 3, 577. Setor Flamboyant I	x	

Fonte: Leite (2022).

Vencidas as etapas da pesquisa de campo nas unidades escolares os dados bem como respostas obtidas foi elaborada a tabulação e a análise dos dados obtidos em consonância com as informações extraídas dos instrumentos de pesquisa de campo.

Os dados tabulados não seguiram, a rigor, a mesma sequência do instrumento de pesquisa. Para efeitos didáticos optamos por reorganizá-los em sequência argumentativa mais coerente.

Apresentadas as instituições que contribuíram efetivamente para a obtenção das evidências que sustentam a discussão da presente monografia de conclusão de curso foram sistematizados os dados relativos ao tempo de atuação dos profissionais contribuíram respondendo à pesquisa.

³ Dados obtidos junto à Secretaria Municipal de Educação de Miracema do Tocantins: SEDUC.

A tabela 3 demonstra os resultados obtidos entre servidores e trabalhadores da Educação Infantil no município.

Tabela 3 – Tempo de efetivo exercício na docência da Educação Infantil

Rede pública municipal			Rede privada municipal		
Interstício	No.	%	Interstício	No.	%
	Professores			Professores	
1 a 5 anos	3	15,8	1 a 5 anos	2	28,5
6 a 10 anos	4	21	6 a 10 anos	3	43
11 a 15 anos	2	10,5	11 a 15 anos	2	28,5
16 a 20 anos	7	36,8	16 a 20 anos	-	-
21 anos ou mais	3	15,8	21 anos ou mais	-	-
Total	19	100	Total	7	100

Fonte: Leite (2022).

Evidencia-se na rede pública um tempo de atuação profissional predominantemente entre 16 a 20 enquanto na rede privada este tempo é de 6 a 10 anos. Os interstícios que apresentaram menores percentuais foram respectivamente o primeiro, entre um e cinco anos de efetivo exercício na docência com 15,8%, sendo igual ao último interstício, ou seja, 15,8% para quem atuava há vinte e um anos ou mais nesta etapa do ensino na rede pública de ensino.

Constata-se que a instabilidade não é preponderante no quadro de professores que atua na educação infantil da rede municipal ratificada por sua condição de concursados em sua maioria. A grande maioria atua há pelo menos seis anos no exercício da docência, não cabendo argumentar ou afirmar falta de experiência.

Já a rede particular apresentou preponderância no interstício entre seis a dez anos de atuação na Educação Infantil com uma representatividade de 43,0% observando-se que o primeiro interstício teve percentual idêntico ao terceiro, ambos com 28,5% tanto para o interstício entre 1 a 5 anos quanto para o interstício de onze a quinze anos. Embora não haja equivalência de tempo de atuação entre escolas públicas e privadas, podemos afirmar que a instabilidade não se consagra como um problema central aos profissionais que tem a experiência como um aspecto positivo para todo o quadro de professores em exercício.

Dado relevante contempla a formação dos profissionais que atuam na Educação Infantil, tanto na rede pública quanto na particular, fato que os especialistas afirmam de forma incisiva ser de crucial importância para que os educadores estejam habilitados em lidar, em nossas escolas, com os problemas advindos da violência escolar de forma geral e do bullying de maneira mais específica.

Avaliado o tempo de atuação interessou-nos conhecer a formação dos professores em efetivo exercício na educação infantil de Miracema do Tocantins.

Tabela 4 – Comparativo de formação entre profissionais da Educação Infantil

Formação	Rede pública municipal		Rede privada municipal	
	Profs.	%	Profs.	%
Magistério em nível médio	1	5,3	2	28,6
Normal Superior	3	16,8	0	0
Graduação em Pedagogia	5	26,3	5	71,4
Especialização EI	10	52,7	0	0
Mestrado	0	0	0	0
Doutorado	0	0	0	0
Total	19	100	7	100

Fonte: Leite (2022).

Os resultados obtidos e por sua vez apresentados na Tabela 4 revelam que, apenas 5,3% do quadro de servidores públicos no exercício da docência não possuem curso superior; totalizando 94,7% daqueles que alcançaram graduação em Pedagogia ou Normal Superior enquanto formação de referência. Acrescente-se que dos dezenove professores participantes da rede pública municipal 52,7%, ou seja, mais da metade dos profissionais possuem especialização na área.

Considerando o que prevê o Art. 62 da Lei nº 9394/96 – LDB, o município cumpre em mais de 94% o que preconiza a legislação. O caput do artigo 62 determina:

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o

exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal⁴. (BRASIL, 1996).

Quanto ao quesito de formação do quadro docente os resultados demonstram o cumprimento das unidades de ensino de sua função social, qual seja, profissionais habilitados para o exercício de suas atribuições, ainda que se ressalte não ser este o único fator a ser levado em conta nas variáveis da escolarização e da formação adequadas.

A educação de qualidade exige, além da formação dos docentes, ambiente favorável que afiance segurança, instalações adequadas, material de suporte pedagógico e equipamentos que viabilizem a oferta de aulas que instiguem as nossas crianças.

Na iniciativa privada o percentual de profissionais com formação superior é menor que o registrado pela rede pública; são 71,4%. Cinco professores concluíram o Curso de Pedagogia em curso de graduação de nível superior. Identifica-se uma disparidade de 23,3% frente à rede pública, fato este que ainda que não seja determinante tende a promover uma atuação menos segura no cotidiano escolar frente a desafios para os quais não se foi formado.

Conforme legislação atual, no entanto, não há descumprimento de nenhum dispositivo legal, já a própria LDB, alterada pela nº 13.415, de 2017, admite a atuação de professor de nível médio, na modalidade normal.

Tabela 5 – Formação de professores e a temática de Bullying

Rede pública municipal			Rede privada municipal		
Respost	. Profs.	%	Resposta	Profs.	%
a.					
Sim	14	73,7	Sim	5	71,4
Não	5	26,3	Não	2	28,6
Total	19	100	Total	7	100

Fonte: Leite (2022).

Os resultados demonstram que, tanto rede pública, quanto na rede privada, os profissionais em sua maioria, respectivamente 73,7% e 71,4%, afirmam que durante a formação superior discutiram a temática do bullying em algum projeto ou atividade. Este dado permite

4 Redação dada pela Lei 13.415, de 2017. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm

deduzir, portanto, que a temática bullying não seja questão desconhecida para a maioria dos profissionais em exercício na Educação Infantil do município.

Identifica-se proximidade percentual entre participantes das escolas públicas e privadas.

Tabela 6 – Componente curricular de formação inicial contemplando a temática do bullying

Rede pública municipal			Rede privada municipal		
Resposta.	. Profs.	%	Resposta.	. Profs.	%
Sim	8	42,1	Sim	2	28,6
Não	11	57,9	Não	5	71,4
Total	19	100	Total	7	100

Fonte: Leite (2022).

Reconhecida a participação em atividades, grupos de estudo, projetos de pesquisa ou extensão específicos sobre a temática do bullying interessou-nos identificar eventual componente curricular que abordasse diretamente a questão da violência escolar e mais especificamente dos sintomas de bullying.

42,1% entre os professores da rede pública e 28,6% da rede privada afirmaram que seus cursos de graduação contemplaram a discussão de forma mais diretiva; portanto menos da metade e pouco mais de um quarto, respectivamente nas redes pública e privada dos profissionais em atuação na Educação Infantil do município, demonstraram estar habilitados a reconhecer, prevenir e enfrentar as especificidades da violência persecutória que se manifesta por intermédio do bullying.

Decorre dessa informação que a formação inicial de professores pouco tem qualificado nossos profissionais da educação para compreender as variáveis e as especificidades da violência escolar nas mais distintas manifestações dos comportamentos perturbadores no ambiente escolar tais como indisciplina, condutas disruptivas, conflitos do cotidiano e ainda mais especificamente do bullying. Quando pouco menos da metade dos profissionais da rede pública e pouco mais de um quarto dos professores da rede privada que atuam na Educação Infantil do município estão efetivamente habilitados, do ponto de vista da formação inicial, a lidar com estes comportamentos evidencia-se que muito ainda há por se fazer para defender as nossas crianças no dia a dia das nossas escolas.

Surge desta análise aparente contradição uma vez que a maioria dos participantes da presente pesquisa, pouco mais de 70% em ambas as redes, afirmaram na questão anterior terem

tido contato com a temática bullying no decorrer de sua formação inicial; no entanto quando questionados a respeito da oferta de componente curricular sobre tal temática os percentuais caem respectivamente para 42,1% na rede pública e 28,6% na rede privada.

São dados que anunciam que as redes de ensino municipal, seja a rede pública ou, ainda mais gravemente, a privada, não estão habilitadas muito menos preparadas para tornar este um tema de esclarecimento dos pequenos miracemenses.

Tabela 7 – Desenvolvimento de projetos internos para professores contemplando a temática do bullying.

Rede pública municipal			Rede privada municipal		
Resposta	Profs.	%	Resposta	Profs.	%
Sim	8	42,1	Sim	1	14,2
Não	11	57,9	Não	6	85,2
Total	19	100	Total	7	100

Fonte: Leite (2022).

Perguntados a respeito do desenvolvimento de projetos sobre a temática bullying em suas escolas os dados se equivalem na rede pública; 42,1% dos professores da rede pública tiveram algum tipo de formação inicial ou continuada em suas próprias instituições tratando da temática bullying.

No entanto ao analisarmos a condição daqueles que atuam na rede privada identificamos que 71,4% e 85,2% dos educadores infantis desta rede de ensino jamais tiveram contato com a temática do bullying de forma institucionalizada, seja na formação inicial, na formação continuada ou mesmo na formação em serviço. Estes dados demonstram a gravidade da temática e alertam para o enfrentamento de séria manifestação de violência entre alunos de maneira meramente instintiva ou pautada no senso comum.

Recorremos a Pereira (2009) para reiterar que, “[...], os professores não recebem uma formação adequada para evitar e controlar os comportamentos problemáticos ou agressivos dos jovens. Sua intervenção privilegiada, na maior parte das vezes, limita-se à punição. ” (PEREIRA, 2009, p. 55)

O profissional da educação que, durante sua formação acadêmica, não tem a oportunidade de pesquisar, discutir, tematizar questões relevantes à sua atuação enfrentará desafios para os quais não foi habilitado adequadamente.

Cabe às instituições de formação dos futuros professores assumirem sua parcela de responsabilidade na criação de uma cultura de convivência na paz, no respeito à diversidade e no acolhimento ao diferente.

Tabela 8 – Desenvolvimento de projetos internos para equipe escolar, alunos e familiares contemplando a temática do bullying.

Rede pública municipal			Rede privada municipal		
Resposta	Profs.	%	Resposta	Profs.	%
Sim	7	36,9	Sim	2	28,6
Não	12	63,1	Não	4	57,1
Não respondeu	0	0	Não respondeu	1	14,3
Total	19	100	Total	7	100

Fonte: Leite (2022).

A Tabela 8 evidencia a carência das discussões a respeito da violência escolar, mais especificamente frente ao bullying, aquém do desejável.

Os dados de nossa pesquisa demonstram que os professores que atuam na Educação Infantil quando arguidos sobre o desenvolvimento de projetos envolvendo a comunidade escolar, proporcionalmente 6 em cada 10 (63%) dos professores da escola pública e 8 em cada 10 (81%) dos professores das escolas privadas, conforme amostra coletada, afirmaram não terem conhecimento algum de qualquer que seja a abordagem sobre a temática do bullying aos colaboradores não pedagógicos e à comunidade escolar.

A maioria dos alunos, dos pais ou responsáveis ou mesmo da equipe escolar não pedagógica, portanto jamais teve a oportunidade de dialogar, na escola, sobre tema de tamanha gravidade.

Tabela 9 – Autoavaliação sobre o conhecimento de bullying

Rede pública municipal			Rede privada municipal		
Autoavaliação	Profs.	%	Autoavaliação	Profs.	%
1 a 3	0	0	0	1	14,2
4 a 7	11	57,9	1 a 3	3	42,9
8 a 10	8	42,1	4 a 7	3	42,9
			8 a 10		

Total	19	100	Total	7	100
--------------	-----------	------------	--------------	----------	------------

Fonte: Leite (2022).

Os docentes da rede municipal de ensino se autoavaliaram medianamente quanto a seu conhecimento frente ao bullying.

Foram 57,9% a se atribuir média entre 4 a 7 um indicativo de que boa parte dos profissionais tem relativo domínio da temática. Ainda neste mesmo grupo 42,1% se autoavaliaram entre 8 e 10 o que demonstra, em sua opinião, terem um conhecimento satisfatório frente à questão.

Os dados obtidos nos permitem pressupor que, na medida em que surja algum caso de bullying na escola em que atuam, tais profissionais estejam preparados para lidar com a ocorrência de bullying.

Na rede privada, 1 profissional se autoavaliou com nota igual ou inferior a três. Os demais se distribuíram equitativamente entre as notas de 4 a 7 e de 8 a 10.

Ainda uma vez mais é possível inferir que pautados nos resultados obtidos possamos afirmar que boa parte dos profissionais que atuam em nossas escolas de Educação Infantil escolas tenha algum conhecimento ou experiência para lidar com as questões que envolvam bullying.

Tabela 10 – Já identificou bullying em seu local de trabalho?

Rede pública municipal			Rede privada municipal		
Resposta	Profs.	%	Resposta	Profs.	%
Sim	11	57,9	Sim	5	71,4
Não	8	42,1	Não	2	28,6
Total	19	100	Total	7	100

Fonte: Leite (2022).

Perguntados a respeito de episódios que indicavam manifestação de bullying na escola em que atuam 11 dos 19 participantes vinculados à na rede pública responderam afirmativamente.

Na rede privada este índice passou para 5 em cada 2 o que nos parece evidenciar um aumento expressivo da incidência de bullying entre as escolas não públicas.

A problemática do bullying está presente, portanto no dia a dia de nossos professores da Educação Infantil demonstrando a relevância de intervenções pertinentes, com conhecimento de causa e o devido envolvimento de todos os segmentos da escola, sem exceção.

As tabelas 11 e 12 passarão a apresentar e, em especial analisar, a representatividade exclusiva daqueles que, de algum modo, se propuseram a enfrentar uma ocorrência específica de enfrentamento da situação.

Tabela11 – Como você enfrentou o problema?

Rede pública municipal			Amostra dos respondentes	
Questão formulada	Profs.	%	Profs.	%
Tentou enfrentar o problema	9	47,4	9	81,8
Solicitou auxílio à equipe escolar	1	5,3	1	9,1
Solicitou auxílio à família ou à escola	1	5,3	1	9,1
Não respondeu	8	42	0	0
Total	19	100	11	100

Fonte: Leite (2022).

Em se tratando única e exclusivamente de profissionais que responderam positivamente ao enfrentamento de possíveis episódios de Bullying na rede pública municipal, 81,8% desta amostra específica tentou resolver a questão contando exclusivamente com seu próprio conhecimento e, ou experiência. Uma professora buscou a ajuda de outros profissionais da escola e outra procurou o apoio da família e, ou da equipe escolar.

Evidencia-se a importância da escola construir e desenvolver em projetos coletivos para minimizar o problema.

Conflitos são inevitáveis na convivência e ainda por conta de alguns “estranhamentos” da criança no ambiente escolar que se retrai, age de forma violenta para se proteger entre outras reações mais comuns ou inesperadas. Uma criança que apresenta certa fragilidade, comportamento introspectivo ou tem dificuldades em se relacionar de forma satisfatória com seus colegas ou coletivamente poderá se tornar de outras crianças e, conseqüentemente, vir a ser mais uma vítima de bullying.

Quando inseridas no ambiente escolar, as crianças passam por períodos em que estarão convivendo apenas com seus pares, sem a proteção de suas famílias, buscando

conquistar espaços, identidade, aceitação e estabelecendo relações que lhes garantam uma convivência social segura, e prazerosa. (...)

No entanto, existe um grande número de crianças que fracassam no decorrer desse processo e acabam se tornando vítimas de agressões físicas ou morais, ou adotando comportamentos agressivos, prepotentes e individualistas. (LOPES NETO, 2013, p.18).

Quando levamos em conta a totalidade dos entrevistados chamou nossa atenção o percentual de 42% entre aqueles que deixaram de responder ao questionamento de estratégias utilizadas para enfrentar o bullying.

Para a dúvida: não responderam por que não presenciaram bullying em seus ambientes de trabalho ou não souberam lidar com o problema?

De qualquer forma, é inequívoca a importância de projetos coletivos que evitem e combatam o bullying; que sejam desenvolvidos, elaborados e colocados em prática em todas as escolas, respeitadas as devidas especificidades e particularidades.

Tabela 12 – Como você enfrentou o problema?

Rede privada municipal			Amostra dos respondentes	
Questão formulada	Profs.	%	Profs.	%
Tentou enfrentar o problema?	2	28,6	2	50
Solicitou auxílio à equipe escolar?	1	14,3	1	25
Solicitou auxílio à família ou à escola?	1	14,3	1	25
Não respondeu	3	42,8	0	0
Total	7	100	11	100

Fonte: Leite (2022).

Na rede privada, aplicando idêntica análise à questão anterior, em se considerando apenas as respostas positivas de enfrentamento ao problema, 50% daqueles que responderam afirmativamente tentaram resolver o problema sozinhos, sendo que 25% pediu ajuda à escola e 25% pediu ajuda a família.

Quanto àqueles que não responderam é também significativamente expressiva sua representatividade. 42,8% deixaram de responder.

Suscitando dúvida equivalente ao expresso na apresentação dos resultados da Tabela 11 deixaram de responder por que não sabiam como enfrentar ou por que desconheciam a sua ocorrência?

Tabela 13 – Você considera relevante abordar a temática bullying nas escolas de educação infantil?

Rede pública municipal			Rede privada municipal		
Resposta	Profs.	%	Resposta	Profs.	%
Sim	19	100	Sim	5	71,4
Não	0	0	Não	2	28,6
Total	19	100	Total	7	100

Fonte: Leite (2022).

Os entrevistados foram unânimes, seja na rede pública ou privada, em afirmar a relevância da temática sobre bullying na Educação Infantil.

Enquanto especialistas do atendimento à faixa etária indicada entre 4 a 5, pré-escolar I e II respectivamente, demonstraram preocupação em garantir conhecimento específico da temática e promover no ambiente escolar um clima de paz, respeito mútuo, solidariedade e tolerância para com as diferenças.

Este conhecimento e consciência são recursos inalienáveis à educação da criança que compreende e colabora na constituição e garantia de um ambiente saudável, agradável e de cooperação mútua.

Silva (2015) afirma taxativamente que, “A luta antibullying deve ser iniciada desde muito cedo, já nos primeiros anos de escolarização. A importância da precocidade das ações educacionais se deve ao incalculável poder que as crianças possuem para propagar e difundir ideias”. (Silva, 2015, p. 195 - 196).

Justifica-se, portanto a importância de formar para a cidadania desde os primeiros anos da escolarização formal contemplando valores democráticos da convivência em sociedade. O exercício coletivo destes valores fará das nossas crianças sujeitos que contribuem na prevenção, na ideação e concretização de diálogos e na resolução dos conflitos.

Tabela 14 – A escola em que trabalha desenvolve projetos interdisciplinares sobre violência no ambiente escolar?

Rede pública municipal			Rede privada municipal		
Resposta	Profs.	%	Resposta	Profs.	%
Sim	8	42,1	Sim	5	71,4
Não	11	57,9	Não	2	28,6

Total	19	100	Total	7	100
--------------	-----------	------------	--------------	----------	------------

Fonte: Leite (2022).

Quanto à violência escolar, em todos os âmbitos dos comportamentos perturbadores Ventura, Vico e Ventura (2016, p. 993) cuja frequência é mais significativa, com destaque para a indisciplina, condutas disruptivas e conflitos questionamos os participantes a existência ou elaboração de algum projeto de enfrentamento da questão.

Na rede pública 42%, ou oito professores responderam afirmativamente; quanto à rede particular, entre os entrevistados, afirmaram ter desenvolvido ou participado de algum projeto sobre violência escolar 71,4%, ou 5 professores.

Embora os percentuais estejam acima de 40% e 70% nas redes públicas e privadas respectivamente, ainda sejam modestos diante da crescente violência escolar, especialmente de bullying, a pouca formação específica na área compromete a qualidade do processo de ensino e aprendizagem, além de desestabilizar o ambiente educativo e provocar uma série de situações conflituosas para toda a comunidade escolar.

Tabela 15 – A escola em que trabalha desenvolve projetos interdisciplinares específicos sobre bullying entre as crianças de sua escola?

Rede pública municipal			Rede privada municipal		
Resposta	Profs.	%	Resposta	Profs.	%
Sim	6	31,6	Sim	4	56,2
Não	13	68,4	Não	3	43,8
Total	19	100	Total	7	100

Fonte: Leite (2022).

A questão do formulário que tratava especificamente da temática do bullying, investigando a ocorrência de projetos dedicados exclusivamente à discussão da temática, os percentuais foram proporcionalmente ainda mais significativos quanto à ausência de atividades que discutissem aspectos centrais e determinantes na configuração de bullying especialmente na escola pública. 68,4%, ou 13 professores para a rede pública, e 43,8, ou 3 professores para rede particular afirmaram não haver este tipo de atividade em suas escolas.

São números que revelam uma prática ainda muito tímida naquilo se refere a uma problemática em ritmo acentuado de agravamento. É preciso que a luta contra uma violência

de consequências tão graves à saúde física e psicológica de nossas crianças e adolescentes seja mais efetiva e célere.

Costantini (2004) esclarece que: “Ajudar e guiar as gerações mais jovens a construir no futuro uma humanidade mais atenta a seu equilíbrio e menos violenta é um imperativo categórico do qual todas as culturas do planeta deveriam se incumbir.” (COSTANTINI, 2004, p. 33).

É responsabilidade, portanto de toda sociedade cooperar e envolver-se na luta pela garantia de relações pessoais e sociais mais saudáveis sustentada em valores éticos e morais que balizam comportamentos e atitudes de convivência pacífica e solidária.

Tabela 16 – Autoavaliação sobre conhecimento de bullying

Rede pública municipal			Rede privada municipal		
Autoavaliação	Profs.	%	Autoavaliação	Profs.	%
1 a 3	2	10,5	1 a 3	1	14,2
4 a 7	3	15,8	4 a 7	0	0
8 a 10	14	73,7	8 a 10	6	85,5
Total	19	100	Total	7	100

Fonte: Leite (2022).

Embora se tenha na rede pública um percentual de 73,7%, 14, dos professores que se auto atribuíram notas entre 8 (oito) a 10 (dez) quanto a seu conhecimento e preparação para enfrentar, lidar e evitar as ocorrências de bullying ainda são preocupantes os demais 26,3% , ou 5 professores, que reconhecem suas dificuldades ou inabilidade parcial em lidar com a violência do bullying.

Os resultados da rede privada de Educação Infantil parecem demonstrar uma tendência mais favorável de proteger as nossas crianças.

Diante deste cenário, elucidado por nossos estudos teóricos e mais especificamente pela pesquisa de campo, fica evidenciada a demanda por formações mais específicas no âmbito do processo educativo, de forma sistematizada, o combate à violência escolar e, mais especificamente, ao bullying dentro das nossas escolas.

Formações, qualificações, habilitações e mesmo capacitações profissionais se fazem urgentes e necessárias visando garantir que nossas escolas estejam em condições de prevenir, lidar e enfrentar toda e qualquer violência a quem quer que seja.

Faz-se necessária, portanto repensar a lógica das relações interpessoais em nossas escolas, evitar toda e qualquer forma de dominação do professor ao aluno promovendo a cultura da paz, a convivência pacificada, o respeito mútuo garantindo a nossos professores para novas formas de interação e convivência.

3.1 Pesquisa de Campo Exploratória

Uma segunda etapa da pesquisa de campo tentou identificar entre os professores da Educação Infantil participantes de nossa pesquisa de campo sua concepção de bullying. Tem caráter exploratório sem compromisso com a análise dos resultados

A pergunta geradora formulada foi: *O que, na sua opinião, é bullying?*

Interessava-nos reconhecer inicialmente a concepção de bullying com a qual as professoras avaliam possíveis episódios de violência nas parcerias infantis.

O que é bullying?

Quais são as evidências que o caracterizam?

Qual seu nível de conhecimento sobre a temática?

Como se distingue o bullying das demais violências ou perturbações escolares?

Para se combater qualquer tipo de violência é indispensável que se reconheça suas causas de origem.

Combater o bullying de forma efetiva, portanto exige conhecimento de suas peculiaridades. As suas incontestes evidências de forma universal, no sistema de ensino, em nossas escolas é uma preocupação constante uma vez que suas ocorrências se têm disseminado.

Agir preventivamente, portanto é melhor forma de enfrentá-lo.

Lopes Neto (2013) explicita que,

O bullying é um fenômeno universal, existe em todas as escolas, já é percebido entre os estudantes desde a educação infantil e suas consequências afetam a todas as crianças e adolescentes, sem exceção. Trata-se de um problema complexo, não existindo soluções simples para sua redução. (LOPES NETO, 2013, p. 62- 63).

Interessou-nos reconhecer as especificidades do conhecimento específico sobre a temática específica no município de Miracema do Tocantins para eventuais atividades que

pudessem ser assumidas pelo Colegiado de Pedagogia de Miracema da Universidade Federal do Tocantins.

A título de apresentação das respostas obtidas, dentre o público respondente, optamos por registrá-las em correspondência absoluta ao registro original dos respondentes sem qualquer identificação.

3.1.1 Apresentação dos resultados obtidos nas escolas públicas da rede municipal

Quadro 1 - O que, em sua opinião, é bullying?⁵

Escola Municipal de Educação Infantil Professora Dalva Cerqueira	
Professor (a)	Resposta
Docente 1	<i>“Eu acho que seja falta de respeito.”</i>
Docente 2	<i>“A falta de respeito com a diferença do outro”.</i>
Docente 3	<i>“Toda e qualquer brincadeira de mau gosto que venha constranger ou humilhar alguém.”</i>
Docente 4	<i>(continua)</i> <i>“É uma prática que consiste em ameaçar, intimidar humilhar é discriminar por cor, raça ou sexo; falar mal sem motivos ou seja violência física e psicológica contra uma pessoa indefesa.”</i>
Docente 5	<i>“Toda e qual quer ação que tenha a intenção de discriminar, diminuir ou ridicularizar, que ocorre principalmente em ambientes escolares”.</i>

Fonte: Leite (2022).

Pode-se identificar nas respostas do Quadro A, uma proximidade de conceitos, entre os professores A, B e C, que descrevem de forma parcial e superficial a complexidade do bullying, registrando terem ouvido falar ou lido algo a respeito; desconhecem a profundidade e a complexidade de suas ocorrências e a caracterização efetiva de bullying.

Suas respostas o reconhecem em suas especificidades tal com e especialmente por seus atos de violência de forma sistemática e repetitiva, pela assimetria de poder entre vítimas e agressores, por sua ocorrência prolongada e intencional

A superficialidade conceitual pode trazer uma relativização do problema, podendo implicar em ações que sejam inócuas com relação aos objetivos de educar para evitar e resolver

⁵ Os quadros de 1 a 5 apresentam respostas da equipe pedagógica de EMEIs da rede pública de ensino.

os conflitos detectados de forma satisfatória. Chalita (2008) chama a atenção para necessidade de sistematização das ações pontuando que: “A qualidade da educação também inclui proteção, cuidado e responsabilidade com as crianças e os jovens expostos à violência. Essa ação não pode estar desvinculada do projeto pedagógico da escola. A prevenção precisa ser pensada pedagogicamente.” (CHALITA, 2008, p. 196).

O planejamento coletivo das medidas a serem adotadas é imprescindível para que toda a comunidade escolar tenha condições de agir diante de possíveis problemas detectados. Algumas medidas, embora simples, precisam ser articuladas com todos os segmentos da escola. Os pais são agentes indispensáveis fno processo de conscientização e combate ao bullying.

Observa-se, no entanto, que os professores D e E apresentam conceitos que se aproximam daquilo que seria a definição do Bullying, resguardada sa incompletude conceitual.

Quadro 2 - O que, em sua opinião, é bullying?

Escola Municipal Francisco Martins Noletto	
Professor (a)	Resposta
Docente 1	<i>“Na Verdade uma forma de humilhação, discriminação e agressões físicas ou Verbais. E uma ação de violência físicas e psicológica.”</i>
Docente 2	<i>“Um ato em que a vítima e ofendida por gestos, palavras, etc. de forma desrespeitosa onde o constrangimento poderá acarretar danos irreversíveis na vida social do indivíduo..</i>
Docente 3	<i>“São atos que ocorrem como forma de ameaça, humilhação, agressões, constrangimentos, abusos físicos ou psicológico e intencionais e repetidos por pessoas maldosas.”</i>
Docente 4	<i>“Minha opinião é ameaçar ou intimidar alguém, humilhar por qualquer motivo, as agressões verbais são mais comuns do que agressões físicas e na escola elas ocorrem com bastante frequência.”</i>
Docente 5	<i>“Agressão do tipo humilhar, descriminação por raça, cor ou sexo, falar mal sem motivo, o ato de excluir hoje essa situação e vista em varios lugares e constantemente na escola no trabalho etc.”</i>

Fonte: Leite (2022).

O Quadro 2, de modo geral, apresenta respostas similares ao quadro anterior demonstrando proximidade conceitual, embora parcial, no diz respeito aos pontos que

caracterizam o fenômeno bullying e maior profundidade conceitual descrevendo algumas agressões específicas que tipificam a síndrome dos maus-tratos repetitivos, ou seja, o bullying.

Quadro 3 - O que, em sua opinião, é bullying?

Escola Municipal de Educação Infantil Vilmar Vasconcelos Feitosa	
Professor (a)	Resposta
Docente 1	<i>“Quem ameaçar ou intimidar alguém; como humilhar por qualquer motivo ou discrimina por cor, raça ou sexo, falar mal sem motivo, etc.”</i>
Docente 2	<i>“É uma situação que traz constrangimento, pode ser para criança ou mesmo, um dia adulto. Há várias situações apelidos ou conflitos semelhantes.”</i>
Docente 3	<i>“A teoria do Bullying consiste em conjunto de violência que repetem por algum período, geralmente são agressões verbais, físicas e psicológica.”</i>
Docente 4	<i>“Consiste em ameaçar ou intimidar uma pessoa, discriminar por cor, raça, ou sexo, humilhar por qualquer motivo etc.”</i>
Docente 5	<i>“Brincadeiras de mal gosto, gerada pelo preconceito, por alguma deficiência ou aparência física.”</i>
Docente 6	<i>“E conjunto de violência que se repetem por alguns período, gerando agressões verbais, físicas e psicológicas.”</i>

Fonte: Leite (2022).

Identifica-se uma vez mais proximidade entre as respostas quanto aos quadros anteriores. Registre-se certo apego às definições mais midiáticas. Os conceitos se aproximam àqueles mais frequentemente apresentados por especialistas na mídia em momentos de profunda comoção.

Em outras palavras têm a compreensão de que o que configura é a intencionalidade da ação e a provocação sistemática de constrangimento ou agressão física das vítimas.

Quadro 4 - O que, em sua opinião, é bullying?

Escola Municipal Brigadeiro Lísias Rodrigues	
Professor (a)	Resposta
Docente 1	<i>“São práticas de humilhação, onde a outra pessoa se senti intimidado por palavras fortes, xingamentos deixando o outro desagradável e com o psicológico abalado, sendo uma prática rotineira.”</i>

Docente 2	<i>“É chamar uma pessoa pelo nome que mesmo não gosta.”</i>
-----------	---

Fonte: Leite (2022).

Nesta escola as professoras reconhecem práticas que podem ser consideradas bullying, sem atentar às questões de desigualdade de poder, de repetição continuada, da intencionalidade em ferir sem motivo aparente.

Reiteramos neste caso a importância de distinguir que nem toda e qualquer violência é bullying, mas toda prática de bullying é um ato de violência.

Quadro 5 - O que, em sua opinião, é bullying?

Escola Municipal de Educação do Campo Boanerges Moreira de Paula	
Professor (a)	Resposta
Docente 1	<i>“É uma violência física psicológica, de forma cruel e intimidadora que pode agitar o desequilíbrio emocional na criança ou no adolescente.”</i>

Fonte: Leite (2022).

3.1.2 Apresentação dos resultados obtidos nas escolas privadas da rede municipal

Os resultados obtidos não serão analisados quadro a quadro uma vez que a proximidade dos resultados nos permite agrupá-los em comentários comuns ao final da presente seção.

Quadro 6 - O que, em sua opinião, é bullying?⁶

Escola Infantil Estação da Criança	
Professor (a)	Resposta
Docente 1	<i>“É uma violência física psicológica, de forma cruel e intimidadora que pode agitar o desequilíbrio emocional na criança ou no adolescente.”</i>
Docente 2	<i>“discriminar o outro por causa da sua cor, condições financeiras e até a aparência, e falar mal dos outros e et.”</i>

Fonte: Leite (2022).

Duas professoras responderam ao nosso questionário

Quadro 7 - O que, em sua opinião, é bullying?

⁶ Os quadros 6, 7 e 8 apresentam respostas da equipe pedagógica de instituições da educação infantil em escolas municipais da rede privada.

Centro Educacional Mundo Feliz	
Professor (a)	Resposta
Docente 1	<i>“corresponde a prática de atos de violência física ou psicológica, intencionais e repetidos, cometidos por um ou mais agressor contra uma determinada vítima”</i>
Docente 2	<i>“São agressões contínuas que tem o intuito de intimidar uma pessoa que não é "aceita" pelo grupo agressor. As agressões podem ser físicas, verbais e psicológicas.”</i>
Docente 3	<i>“Falta de respeito Pará com o próximo, ou seja humilhar, falar mal sem motivo algum.”</i>

Fonte: Leite (2022).

Três professoras responderam ao questionário. Duas citaram os termos “agressor” ou “agressão” enquanto a terceira se limitou a comentar “falta de respeito” e “motivo algum”.

Quadro 8 - O que, em sua opinião, é bullying?

Centro Educacional Flor de Lírio	
Professor (a)	Resposta
Docente 1	<i>“Tratamentos sociais fora de ética atribuindo aos colegas usando palavras ofensivas.”</i>
Docente 2	<i>“São agressões verbais que consiste em ameaçar, intimidar ou humilhar alguém por qualquer motivo, ou seja, excluir, falar mal sem motivo ou discriminar por cor, raça ou sexo.”</i>

Fonte: Leite (2022).

Na terceira escola duas professoras responderam. A primeira se limitou a citar “tratamentos sociais fora da ética” e “palavras ofensivas” demonstrando desconhecer as especificidades do bullying. A segunda abordou mais intensamente a questão das agressões, ameaças e discriminações sem atentar à questão específica da violência moral, psicológica ou física que caracterizam o bullying.

Ainda que não tenhamos identificado dissonâncias significativas entre os conceitos apresentados pelas participantes das escolas da rede privada e da rede pública ficou evidenciado que entre os profissionais da rede pública há uma tendência a caracterizar bullying de forma mais complexa e de algum modo pertinente uma vez que citaram expressamente a perseguição

à vítima e sua repetição continuada demonstrando um conhecimento mais aprofundado da temática.

Vale salientar que neste grupo 10 das 19⁷ participantes tiveram a oportunidade de fazer uma especialização nesta área específica da Educação Infantil o que tende a justificar suas respostas mais pertinentes à temática.

A análise do conjunto de respostas das professoras da rede privada de ensino colaborou significativamente para a presente pesquisa demonstrando seu compromisso com a Educação Infantil do município.

De modo geral as profissionais definem bullying como atos de violência física e verbal, repetitiva, humilhante e intencional, além de agressão emocional e psicológica, discriminações de ordem étnico-racial, de gênero, por aparência física citando como exemplo gordo, magro, ainda que lhes falte, em algumas colocações, a compreensão mais aprofundada da nocividade e especificidade do bullying tais como a assimetria de poder entre vítima e agressor, a ocorrência exclusiva entre pares, a frequência repetitória e recorrente das ações além de sua acentuada duração.

Para Telma Vinha, doutora em Psicologia Educacional e professora da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp),

(...) para ser dada como bullying, a agressão física ou moral deve apresentar quatro características: a intenção do autor em ferir o alvo, a repetição da agressão, a presença de um público espectador e a concordância do alvo com relação à ofensa. "Quando o alvo supera o motivo da agressão, ele reage ou ignora, desmotivando a ação do autor", explica a especialista. (JORNALISMO).

A falta de compreensão do problema em sua íntegra, em todas as suas variáveis poderá criar dificuldades para a identificação das especificidades e conseqüentemente na implantação de medidas de combate ao bullying para além da necessária articulação entre os setores que necessariamente contribuem para o planejamento, organização e em especial na implantação de medidas preventivas e ações coletivamente articuladas no firme propósito de evitar e reparar sua ocorrência no ambiente mais favorável à interação, colaboração e cooperação entre pares no firme propósito de erradicar o bullying dos nossos espaços escolares.

7 Vide Tabela 4 desta mesma seção.

Ainda que no decorrer da pesquisa algumas respostas não tenham contemplado toda a complexidade das questões formuladas as professoras demonstraram conhecimento, compromisso e dedicação às crianças do município. A todas as professoras a nossa gratidão!

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência é um tema recorrente nas rodas de conversa informais, nos meios de comunicação além de ser preocupação constante dos especialistas em segurança, saúde e mais recentemente atingindo a Educação.

Manifesta-se nas mais variadas formas e tipologias, corroborando para a complexidade de sua compreensão e enfrentamento além de tornar mais alargados seu significado e definição conceitual.

A Organização Mundial de Saúde aponta três características da violência do ponto de vista de quem as comete a violência coletiva, a violência autoinfligida e a violência interpessoal. A própria nomenclatura, neste caso, é autoexplicativa. No campo da educação autores que contribuíram para nossa discussão teórica defendem que a violência, neste caso especificamente, escolar é multifacetada e inclui uma série de comportamentos perturbadores entre os quais destacam a indisciplina, as condutas disruptivas e os conflitos. São transgressões mais ou menos graves, condutas desafiadoras e antissociais entre outras manifestações que perturbam a convivência. Nenhuma delas, no entanto alcança a gravidade do bullying uma violência interpessoal caracterizada por perseguição continuada da vítima.

Nossa discussão teórico-conceitual, tanto quanto a pesquisa de campo, foram pautadas pela identificação de variáveis e especificidades que caracterizam o bullying e, portanto, um tipo de violência interpessoal gravíssima que causa sérios danos à saúde de suas vítimas seja psicológica, física ou de ameaça à própria vida. No mais das vezes, no limite de sua resistência psíquica, as vítimas da perseguição moral atacam inesperada e violentamente a vida de seus algozes morais.

Nossa pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo revelou algumas das especificidades deste tipo singular de violência. Pesquisa de campo também qualitativa objetivou reconhecer saberes, experiências e conhecimento de profissionais da primeira etapa da educação básica frente à violência escolar e mais especificamente o bullying.

Tema ainda pouco abordado nos cursos de formação de professores, tanto inicial quanto continuada, as evidências de nossa amostragem demonstram que poucas, quando nenhuma, formação ou atividade é proposta pela grande maioria de nossas instituições escolares.

Apesar dos desafios impostos pelo bullying aos responsáveis pelo processo de ensino e aprendizagem, há registros de projetos, ações e medidas eficazes na luta diária pela mitigação de seus episódios, motivando àqueles que se propõem a minimizar a sua incidência e encontrar

meios e estratégias adequadas para combater com efetividade suas manifestações no esforço de transformar ambientes violentos frequentados por nossas crianças e adolescentes em locais de convivência pacificada e de aprendizagem desafiadora e prazerosa garantindo aos meninos e meninas o seu direito de ser quem quiserem.

Escola, comunidade escolar são os lugares dos projetos, dos sonhos. São também o local mais apropriado para dissipar a violência, erradicar as circunstâncias do bullying, respeitando as singularidades, as especificidades e o jeito único de estar no mundo de cada um de nós.

Não há receita pronta! Não há projetos universalmente aplicáveis.

Há muita sensibilidade e disposição em nossas escolas para construirmos coletivamente um mundo melhor...

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Valeska. O Bullying não Ocorre Somente nas escolas: Educação Alimentar Educadores Escolas. **Blog Educação**. 19 nov 2010. Disponível em: <https://blogs.opovo.com.br/educacao/2010/11/19/o-bullying-nao-ocorre-somente-nas-escolas/#comments>. Acesso em: 25 de jan 2023.

BBC NEWS BRASIL. **O bem-sucedido método para acabar com o bullying nas escolas**. Publicado em 09 mai. 2022. Online. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/vert-fut-61306052>. Acesso em 08 jan. 2023.

BRASIL. Lei 13185/2015. **Institui Programa de Combate à Intimidação Sistemática**. Dispõe Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113185.htm Acesso em 12 jan. 2023

BRASIL. Lei 9394/96. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm Acesso em 01 abr. 2022

COSTANTINI, Alessandro. **Bullying: como combatê-lo?** São Paulo: Italia Nova, 2004.

CARAPEBA, Guilherme de Oliveira Lima. **O bullying escolar e a formação do professor na licenciatura em pedagogia: um estudo de caso**. Dissertação. UNOESTE, 2020. Disponível em: <http://bdtd.unoeste.br:8080/jspui/handle/jspui/1288>. Acesso em 04 jan. 2023.

CHALITA, Gabriel. **Pedagogia da amizade - Bullying: o sofrimento das vítimas e dos agressores**. 5 ed. São Paulo: Gente, 2008. 277 p.

COSTANTINI, Alessandro. **Bullying: como combatê-lo?** Prevenir e enfrentar a violência entre jovens. Tradução Eugenio Vinci de morais. São Paulo: Itália nova, 2004. 211p.

FANTE, Cleo. **Fenômeno Bullying: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz**. Programa Educar para a Paz. São Paulo: Verus, 2015

FAZAN, J.B.J. **Bullying: A Importância da Intervenção do Professor em Sala de Aula**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Mato grosso, 2021. Disponível em: <https://monografias.brasilecola.uol.com.br/educacao/bullying-a-importancia-da-intervencao-do-professor-em-sala-de-aula.htm>. Acesso em: 15 dezembro 2022.

FERREIRA, B. F.; NEVES; F. F. **O problema do bullying no Brasil**. Ituverava: Nucleus, v.14, n.1, abr.2017. Disponível em: <https://nucleus.feituverava.com.br/index.php/nucleus/article/view/1706/2449>. Acesso em 17 jul. 2022.

IBGE: PeNSE. **Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar**. RJ, 2019. Censo Brasileiro 2010-2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/9134-pesquisa-nacional-de-saude-do-escolar.html?=&t=resultados>. Acesso em 12 jan. 2023

JANUÁRIO, Adriano. **Educação, maioria e democracia em Th. W. Adorno.**

Prometeus, ano 11, n.º. 26, jan/abr. 2018. Disponível em:

<https://seer.ufs.br/index.php/prometeus/article/view/8606/6841>. Acesso em 08 jan. 2023.

LOPES, Neto. Aramis Antonio. **Bullying** : saber identificar e prevenir. 01. ed. São Paulo: Brasiliense, 2013.

MEC: CONTEE. **Função Social da Escola.** Confederação Nacional dos trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino. Apresentação. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/arquivos/conferencia/documentos/celina_areas.pdf, Acesso em 12 jan. 2023.

MEOTTI, J. P.; PERÍCOLI, Marcelo. A Postura do Professor Diante do Bullying em Sala de Aula. **Revista Panorâmica Online**, Mato Grosso, v. 15, p. 66- 84, dez. 2013. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/revistapanoramica/index.php/revistapanoramica/article/view/518/155>. Acesso em 03 jan. 2023.

NOVAESCOLA Jornalismo. **Quais São as Especificidades para Lidar com o bullying na Educação Infantil.** Publicado em 01 dez. 2010. Disponível em:

<https://novaescola.org.br/conteudo/115/bullying-como-lidar-conflitos-educacainfantil>. Acesso em 15 jan. 2023.

ONU: Pesquisa da ONU mostra que metade das Crianças e Jovens do Mundo Já Sofreu Bullying. **Nações Unidas Brasil**, 13 jan 2017. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/75467-pesquisa-da-onu-mostra-que-metade-das-criancas-e-jovens-do-mundo-ja-sofreu-bullying>. Acesso em 15 de dez 2022.

PEREIRA, Sonia Maria de S. **Bullying e suas implicações no ambiente escolar.** 3 ed. São Paulo: Paulus, 2009.

SENADO NOTÍCIAS Online. Entra em vigor lei de combate ao bullying nas escolas.

Publicado em 15 de maio de 2018. Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/05/15/entra-em-vigor-lei-de-combate-ao-bullying-nas-escolas>. Acesso em 08 jan. 2023.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa. **Mentes Perigosas.** Rio de Janeiro: Principium, 2015.

SILVA, E. N. da; ROSA, E. C. de. S. Professores sabem o que é bullying? Um tema para a formação docente. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 17. N. 2. Psicol. Esc. Educ., 2013 17(2), jul. 2013.

VENTURA, A.; VICO, B. P.; VENTURA, R. Bullying e Formação de Professores:

Contributos Para um Diagnostico. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação.** São Paulo, v. 24, n. 93, p. 990- 1012. out/dez 2016. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ensaio/a/Ns9z36JkLNjdjyWxJ87g4CB/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 janeiro 2023.

VENTURA, R.; VENTURA, A. **Bullying na Idade pré-escolar: desafio para instituições públicas e privadas**. In: Simpósio de Organização e Gestão Escolar. 7º; Atas (...) Aveiro: Universidade de Aveiro, 2013. p. 697-712

VILLAÇA, F. M.; PALÁCIOS, M. Concepções sobre assédio moral: bullying e trote em uma escola médica. **Revista Brasileira de Educação Médica**. [online]. v. 34, n. 04, p. 506- 514, dez 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-55022010000400005>. Acesso em 20 jan. 2023

APÊNDICE 1

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O(a) Sr.(a) está sendo convidado(a) a participar da pesquisa de campo **“O BULLYING E SUAS IMPLICAÇÕES NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM”**. Esta pesquisa para Trabalho de Conclusão de Curso, TCC, será realizada pela pesquisadora **Mara Nubia do Carmo Leite**, do Curso de **Licenciatura Plena em Pedagogia** da Universidade Federal do Tocantins do Campus de Miracema, sob orientação da **Profa Dra. Brigitte Ursula Stach-Haertel** vinculada à mesma instituição. Nesta pesquisa, pretendemos identificar o que profissionais da Educação Infantil, que atuem especificamente na Pré Escola I e II, participantes da presente pesquisa, pensam e tem a dizer a respeito do *“bullying”*, seus possíveis impactos e consequências no processo de ensino e aprendizagem além de nosso interesse em identificar possíveis referências a projeto(s) que aborde(m) a respectiva temática. Justifica-se a presente pesquisa em função dos impactos do *“bullying”* na vida escolar de nossos alunos, sejam crianças, jovens ou adolescentes além das possíveis consequências sobre sua saúde física e/ou mental avaliando possíveis danos à sua integridade emocional, psicológica ou corporal em qualquer que seja a faixa etária. Os procedimentos a serem adotados para a presente pesquisa incluem: (1) aplicação de pesquisa de campo, de forma presencial, a partir de questionário previamente elaborado pelas pesquisadoras com questões específicas em consonância ao objeto *“bullying”*; (2) tabulação e análise dos dados obtidos; (3) compartilhamento dos resultados com as instituições parceiras; e, (4) convite para participação de apresentação pública de resultados em banca de TCC.

A sua participação, muito relevante para nós, consiste em (a) responder às questões propostas no formulário referenciadas em sua experiência em relação ao *“bullying”*. Os riscos envolvidos na pesquisa consistem em cuidados especiais com a proximidade dos participantes e da pesquisadora frente à infecção por Covid-19, visto que a PANDEMIA ainda não acabou. A pesquisa contribuirá para que as instituições parceiras participantes se apropriem de um conjunto de informações e dados sistematizados sobre a temática recebendo convite para apresentação pública dos resultados além de cópia da monografia de conclusão de curso com *“feedback”* a respeito da pesquisa realizada.

Para participar deste estudo o(a) Sr.(a) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, caso sejam identificados e comprovados danos provenientes desta pesquisa, o Sr.(a) tem assegurado o direito à indenização. O Sr. (a) terá o esclarecimento

sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar a qualquer tempo e sem quaisquer prejuízos. A sua participação é voluntária, e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que o Sr.(a) é atendido(a) pelas pesquisadoras. Os resultados obtidos pela pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou qualquer dado, material ou registro que indique sua participação no estudo não será liberado sem a sua devida permissão. O(A) Sr.(a) não será identificado(a) em nenhuma publicação que desta pesquisa possa resultar.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo uma a ser arquivada pelo pesquisador responsável, na **Universidade Federal do Tocantins – Polo de Miracema do Tocantins**, e a outra será fornecida ao Sr.(a). Os dados, materiais e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com a pesquisadora responsável por um período de 5 (cinco) anos na sala **Coordenação do Curso de Pedagogia** da UFT e, após esse tempo, serão destruídos. A pesquisadora tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resoluções N° 466/12; 441/11 e a Portaria 2.201 do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares), utilizando as informações somente para fins acadêmicos e científicos.

Eu, _____, portador do documento de Identidade _____ fui informado(a) dos objetivos, métodos, riscos e benefícios da pesquisa **“O BULLYING E SUAS IMPLICAÇÕES NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM”** de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar.

- () **Concordo que o meu protocolo de pesquisa impresso e preenchido por mim seja utilizado única e exclusivamente para esta pesquisa.**
- () **Concordo que o meu protocolo de pesquisa impresso e preenchido por mim possa ser utilizado em outras pesquisas desde que seja comunicado pelo pesquisador novamente e mediante assinatura de novo termo de consentimento livre e esclarecido que explique para que será utilizado o material.**

Rubrica do pesquisador: _____

Rubrica do participante: _____

Declaro que concordo em participar desta pesquisa. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido assinado por mim e pelo pesquisador, que me deu a oportunidade de ler e esclarecer todas as minhas dúvidas.

Nome do Participante: _____ Data: ____/____/____

ASSINATURA DO PARTICIPANTE

Nome do(a) Pesquisador(a) Responsável: Mara Nubia do Carmo Leite
Endereço: Rua Justiniano Borba, 442 Bairro: Santa Filomena
CEP: 77.650-000 Cidade: Miracema do Tocantins
Telefone Fixo: (-x-x-x-) Telefone Celular: (63) 98475-3303

E-mail:

_____/_____/_____
ASSINATURA DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL DATA

ANEXO 1**LEI 13.185/2015**

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (**Bullying**) em todo o território nacional.

§ 1º No contexto e para os fins desta Lei, considera-se intimidação sistemática (**bullying**) todo ato de violência física ou psicológica, intencional e repetitivo que ocorre sem motivação evidente, praticado por indivíduo ou grupo, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidá-la ou agredi-la, causando dor e angústia à vítima, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas.

§ 2º O Programa instituído no **caput** poderá fundamentar as ações do Ministério da Educação e das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, bem como de outros órgãos, aos quais a matéria diz respeito.

Art. 2º Caracteriza-se a intimidação sistemática (**bullying**) quando há violência física ou psicológica em atos de intimidação, humilhação ou discriminação e, ainda:

- I - ataques físicos;
- II - insultos pessoais;
- III - comentários sistemáticos e apelidos pejorativos;
- IV - ameaças por quaisquer meios;
- V - grafites depreciativos;
- VI - expressões preconceituosas;
- VII - isolamento social consciente e premeditado;
- VIII - pilhérias.

Parágrafo único. Há intimidação sistemática na rede mundial de computadores (**cyberbullying**), quando se usarem os instrumentos que lhe são próprios para depreciar, incitar a violência, adulterar fotos e dados pessoais com o intuito de criar meios de constrangimento psicossocial.

Art. 3º A intimidação sistemática (**bullying**) pode ser classificada, conforme as ações praticadas, como:

- I - verbal: insultar, xingar e apelidar pejorativamente;
- II - moral: difamar, caluniar, disseminar rumores;
- III - sexual: assediar, induzir e/ou abusar;
- IV - social: ignorar, isolar e excluir;
- V - psicológica: perseguir, amedrontar, aterrorizar, intimidar, dominar, manipular, chantagear e infernizar;
- VI - físico: socar, chutar, bater;
- VII - material: furtar, roubar, destruir pertences de outrem;
- VIII - virtual: depreciar, enviar mensagens intrusivas da intimidade, enviar ou adulterar fotos e dados pessoais que resultem em sofrimento ou com o intuito de criar meios de constrangimento psicológico e social.

Art. 4º Constituem objetivos do Programa referido no **caput** do art. 1º :

- I - prevenir e combater a prática da intimidação sistemática (**bullying**) em toda a sociedade;
- II - capacitar docentes e equipes pedagógicas para a implementação das ações de discussão, prevenção, orientação e solução do problema;

III - implementar e disseminar campanhas de educação, conscientização e informação;

IV - instituir práticas de conduta e orientação de pais, familiares e responsáveis diante da identificação de vítimas e agressores;

V - dar assistência psicológica, social e jurídica às vítimas e aos agressores;

VI - integrar os meios de comunicação de massa com as escolas e a sociedade, como forma de identificação e conscientização do problema e forma de preveni-lo e combatê-lo;

VII - promover a cidadania, a capacidade empática e o respeito a terceiros, nos marcos de uma cultura de paz e tolerância mútua;

VIII - evitar, tanto quanto possível, a punição dos agressores, privilegiando mecanismos e instrumentos alternativos que promovam a efetiva responsabilização e a mudança de comportamento hostil;

IX - promover medidas de conscientização, prevenção e combate a todos os tipos de violência, com ênfase nas práticas recorrentes de intimidação sistemática (**bullying**), ou constrangimento físico e psicológico, cometidas por alunos, professores e outros profissionais integrantes de escola e de comunidade escolar.

Art. 5º É dever do estabelecimento de ensino, dos clubes e das agremiações recreativas assegurar medidas de conscientização, prevenção, diagnose e combate à violência e à intimidação sistemática (**bullying**).

Art. 6º Serão produzidos e publicados relatórios bimestrais das ocorrências de intimidação sistemática (**bullying**) nos Estados e Municípios para planejamento das ações.

Art. 7º Os entes federados poderão firmar convênios e estabelecer parcerias para a implementação e a correta execução dos objetivos e diretrizes do Programa instituído por esta Lei.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor após decorridos 90 (noventa) dias da data de sua publicação oficial.

Brasília, 6 de novembro de 2015; 194º da Independência e 127º da República.

DILMA ROUSSEFF

Luiz Cláudio Costa

Nilma Lino Gomes

Obs.:Este texto não substitui o publicado no DOU de 9.11.2015